

07 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Após 17 anos, pais serão indenizados em R\$ 100 mil por troca de bebês

Meninas nasceram em Foz do Iguaçu (PR) em 1995;
erro só foi confirmado oito anos depois



Francielle Lesovski e Danielle Pereira, trocadas na maternidade em Foz do Iguaçu (PR)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 JUL 2012

Desconfiada da aparência física da filha, uma das mães juntou dinheiro por sete anos para o DNA

PAULO HENRIQUE ARAÚJO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
DE FOZ DO IGUAÇU

Quase 17 anos depois, o Tribunal de Justiça do Paraná decidiu indenizar em R\$ 100 mil os pais de uma jovem que foi trocada numa maternidade de Foz do Iguaçu, em 1995. O erro só foi confirmado após oito anos.

A menina foi confundida com outro bebê nascido no dia 23 de outubro daquele ano, e as duas foram entregues aos pais errados. Danielle, loira, de cabelos lisos e olhos claros, ficou com a morena de cabelos cacheados Maria Pereira da Silva. Francielle, morena, com a loira Ana Maria Lesovski Barbosa.

“Reconheci que não era minha filha na hora em que a peguei”, conta a comerciante Maria Pereira, 39, que vive em Santa Terezinha do Itaipu (28 km de Foz).

A ausência de semelhança física fez com que ela fosse tachada de adúltera até no hospital. “Disse para a enfermeira que algo estava errado, ela foi ríspida e falou: A filha não é sua ou você não sabe com quem andou?”

Diferentemente de Maria, Ana, 42, moradora de Foz do Iguaçu, não desconfiava que Francielle não era sua filha biológica. “O meu marido é moreno. Nunca pensei na possibilidade de ela ter sido trocada”, diz a vendedora.

A indenização que saiu no final de maio é referente ao pedido de Ana. Maria também entrou com um processo, ainda sem resposta.

Foi Maria quem, desconfiada, começou a busca. Ela juntou dinheiro durante sete anos para fazer um teste de DNA. Quando recebeu o resultado negativo, procurou o hospital, que entregou a ela uma lista de todos os partos ocorridos naquele dia.

Os primeiros contatos foram marcados pela desconfiança. Ana não acreditava que havia ocorrido um erro e queria distância de Maria. Após um ano sem que a situação se resolvesse, Maria entrou em depressão. “A Ana viu a minha situação e aceitou fazer o DNA”, lembra.

Verificado o erro, Danielle e Francielle já tinham oito anos. As famílias optaram por não trocar as crianças. Hoje, elas se encontram com frequência e as meninas, prestes a completar 17 anos, são amigas. “Elas dizem que são irmãs gêmeas”, conta Ana.

As famílias pretendem investir os R\$ 100 mil na educação das meninas, que vão prestar vestibular neste ano.

A decisão da Justiça determina que o hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme pague a indenização, mas o local fechou em 2006, com uma dívida de R\$ 15 milhões.

Por isso, como os partos foram feitos pelo SUS, o município de Foz do Iguaçu também foi condenado subsidiariamente —ou seja, pagará a indenização caso a maternidade não tenha condições —a prefeitura pode recorrer.

Colaborou ESTELITA HASS CARAZZAI

“A própria enfermeira insinuou que eu tinha traído meu marido. Reconheci que não era minha filha [biológica] na hora que a peguei. Disse para a enfermeira que algo estava errado. Ela foi ríspida e falou: A filha não é sua ou você não sabe com quem andou?”

Eu ganhei mais uma filha e mais uma família. Agora somos bem amigas e eu e a Ana rimos das brigas que tivemos antes. Algum problema da Danielle, eu ligo para a Ana, e ela faz o mesmo quando tem algo com a Francielle

MARIA PEREIRA DA SILVA
comerciante

O dinheiro vai ajudar, mas não vai amenizar a dor que passamos. Nada vai mudar o jeito que as pessoas nos olhavam na rua. Pretendemos investir esse dinheiro nas garotas

ANA MARIA LESOVSKI BARBOSA
vendedora

07 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juiz homenageia Corinthians em audiência

'Singela homenagem' de magistrado pelo título
da Libertadores foi registrada em ata

O título do Corinthians na Libertadores foi parar na Justiça. Um juiz substituto da 2ª Vara do Trabalho em Campo Grande fez uma homenagem ao time na ata de uma ação.

O caso ocorreu anteontem. No início da audiência entre uma ex-funcionária e representantes de uma gráfica, processada por suposta falta de pagamento de horas extras, Márcio Alexandre da Silva pediu licença aos presentes para uma "singela homenagem" a "seu time do coração".

A "homenagem" foi parar na ata, disponibilizada ontem no site da Justiça do Trabalho.

O juiz determinou ainda que o tribunal mandasse cópia da ata, que além dos agradecimentos contém depoimentos de testemunhas do processo, para o presidente do Corinthians, Mário Gobbi, com um pedido para que ele "faça chegar a homenagem" ao elenco e ao técnico do time.

Segundo o texto, os advogados da ex-funcionária e da gráfica são "corintianos" e "associaram-se à homenagem".

"Quando entrei e vi aquela bandeirona [do time] cobrindo toda a parede [atrás do juiz], fiquei feliz e contei que também era corintiana", disse Kátia Maria Souza Cardoso, defensora da gráfica.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região afirmou que o teor da ata "expressa opinião pessoal" do juiz e que a Corregedoria deve "tomar as providências cabíveis".

A assessoria de Silva disse que ele só pretende comentar o caso na segunda-feira.

“ Registra, assim, seu sincero agradecimento ao técnico Tite e aos jogadores Cássio, Alessandro, Chicão, Leandro Castan, Fábio Santos, Danilo, Ralf, Paulino, Alex, Jorge Henrique e Emerson por terem feito do dia 4 de julho um dos mais felizes e memoráveis para a Fiel Nação Corintiana

MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA, juiz de Campo Grande

MÔNICA BERGAMO LIVRO ABERTO

O Snel (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) prepara ação direta de inconstitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal) questionando a proibição judicial que impede biografias contrárias à vontade de figuras públicas ou de suas famílias — como a de Roberto Carlos. O outro caminho é considerado lento: esperar a tramitação de

FOLHA DE S. PAULO
Tribunal 07 JUL 2012
**de paraíso fiscal
julga processo
contra Maluf**

**Prefeitura de São Paulo tenta recuperar
US\$ 22 mi em ação na Ilha de Jersey**

**Dinheiro teria sido
desviado na gestão de
Maluf na cidade nos
anos 90; ex-prefeito
nega as acusações**

A Justiça da Ilha de Jersey, paraíso fiscal britânico, começou a julgar a ação da Prefeitura de São Paulo que tenta recuperar US\$ 22 milhões que o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) teria desviado quando comandou a cidade pela última vez (1993-96).

A causa é um desdobramento das investigações do Ministério Público paulista sobre corrupção em obras como a construção da avenida Roberto Marinho e o Túnel Ayrton Senna, ambos na zona sul da cidade.

No Brasil, as investigações resultaram em duas ações criminais no Supremo Tribunal Federal e duas ações civis na Justiça de São Paulo contra Maluf, ainda sem desfecho.

O processo na Ilha de Jersey tem como réus duas empresas sediadas no exterior, a Durant International Corporation e a Kildare Finance Limited, que são controladas por filhos de Maluf, segundo as apurações da Promotoria.

A assessoria de Maluf ne-

tiveram contas no exterior. A assessoria não quis tratar de detalhes do caso, que é acompanhado de perto por advogados do ex-prefeito.

O Ministério Público diz ter reunido documentos bancários e societários das companhias, alguns assinados por parentes do deputado, que comprovariam a acusação.

De acordo com Promotoria, o dinheiro desviado por Maluf na prefeitura foi enviado para contas nos Estados Unidos por meio de doleiros.

Em 1996, o deputado fez uma doação formal dos recursos para seus filhos e outros parentes. Na sequência, o dinheiro foi para contas da Durant e da Kildare em Jersey e outras na Suíça e na Inglaterra, segundo o Ministério Público. Ao todo, há bloqueio de US\$ 175 milhões em contas que seriam controladas pela família de Maluf.

Em relação aos depósitos de US\$ 22 milhões, a prefeitura paulistana considerou ter provas suficientes para abrir uma ação específica para resgatar o dinheiro. Com apoio do Ministério Público, a prefeitura acionou a Justiça de Jersey em 2009.

O julgamento do processo começou segunda-feira e deve durar um mês. Depois ainda caberá recurso a um tribunal da Inglaterra.

O promotor Silvio Marques, que colaborou com a prefeitura na ação judicial, diz que “o processo comprova sérios crimes de desvio de recursos públicos”.

Neste ano, Maluf declarou apoio ao candidato do PT à prefeitura, Fernando Haddad, aliança selada com uma foto com o ex-presidente Lula. O ex-prefeito está na lista de procurados da Interpol por suspeita de manter dinheiro ilícito nos EUA.

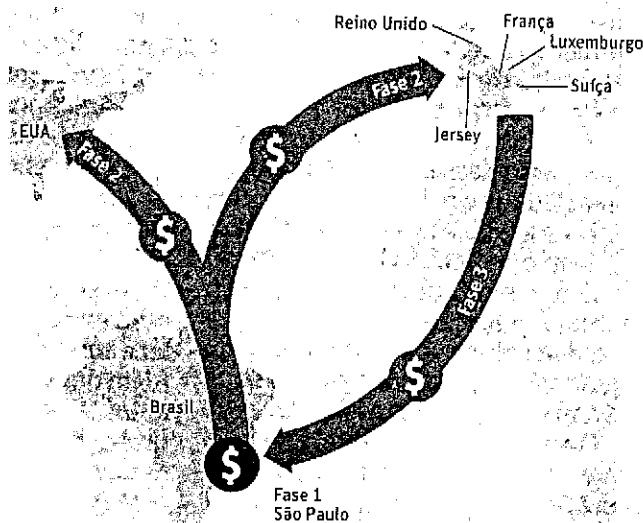
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 JUL 2012

O CAMINHO DO DINHEIRO

Recursos de Maluf no exterior, segundo a Promotoria



1ª FASE Empreiteiras superfaturavam obras na gestão de Paulo Maluf na Prefeitura de São Paulo (1993-96), por meio de notas frias emitidas por empresas

2ª FASE O dinheiro era remetido ilegalmente por doleiros para contas nos EUA, na Suíça, na Inglaterra, na ilha de Jersey e em Luxemburgo

3ª FASE Parte do valor retornou ao país via fundos de investimento de empresas offshore da família Maluf, por meio de empréstimos ou da compra de ações da Eucatex

QUILGAMENTO NA ILHA DE JERSEY

Começou na segunda-feira o julgamento de uma ação da Prefeitura de SP para repatriar US\$ 22 milhões que, segundo a Promotoria, foram desviados pela família Maluf. As rés são as empresas Durant International e Kildare Finance, cujo controle é atribuído a Maluf

COMO TUDO COMEÇOU

Em 10 de junho de 2001, a Folha revelou a existência de cerca de US\$ 200 milhões em contas em Jersey que tinham como beneficiários Maluf e sua família. Em seguida foram abertas investigações pelo Ministério Público; Maluf nega ter contas em bancos fora do país

PAÍSES ENVOLVIDOS



Suíça

Em 2001 a Suíça abriu processo para investigar a movimentação bancária de Maluf e bloqueou uma conta num banco em Lausanne em nome de Lygia Maluf, filha do político, após indícios de que ela recebia recursos desviados



França

Em julho de 2003 Maluf foi detido em Paris para explicar um depósito de US\$ 1,455 milhão numa conta no Crédit Agricole. Maluf disse que a conta era da mulher e o dinheiro vinha de uma herança. A conta foi bloqueada



Brasil

Em 2004, a 4ª Vara da Fazenda Pública de SP decretou a indisponibilidade dos bens e investimentos da família Maluf e de outras 29 pessoas ou empresas, até o valor de R\$ 5 bilhões. Em 2009 a Justiça excluiu a Eucatex do bloqueio



Jersey

Em 2009, advogados da Prefeitura de SP pediram à Justiça de Jersey a repatriação de ao menos US\$ 22 milhões atribuídos a Maluf. Em 2011 as empresas envolvidas perderam a apelação para transferir o processo para o Brasil

* Cerca de US\$ 100 milhões são em debêntures da Eucatex
Fonte: processos e denúncias contra Paulo Maluf que estão no Supremo Tribunal Federal

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 JUL 2012

Procuradoria quer repatriar dinheiro de ex-juiz

O Ministério Público Federal requereu ao Ministério da Justiça providências para obter o repatriamento de cerca de US\$ 13 milhões depositados na Suíça pelo ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos. Os recursos estão bloqueados naquele país.

O bloqueio foi feito com base em notícias sobre a Operação Anaconda, em 2003, quando Rocha Mattos foi acusado de ser o mentor de uma organização criminosa que negociava decisões judiciais.

A recuperação de dinheiro de origem ilícita depositado no exterior compete ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. No pedido ao titular do órgão, Ricardo Saadi, a Procuradoria alega que a Anaconda apurou vários crimes praticados por Rocha Mattos em detrimento da administração pública.

A repatriação depende de condenação transitada em julgado —quando não cabe recurso— por crime reconhecido pela Suíça como delito que envolva dinheiro público.

No dia 18 de junho último, ao julgar um recurso do ex-juiz, a 6ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou “o imediato trânsito em julgado” e a “execução definitiva” da pena aplicada a Rocha Mattos pelo crime de corrupção passiva.

Esse recurso é referente à condenação do ex-juiz em 2007, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a quatro anos de prisão e perda de cargo por proferir decisões

para favorecer Roberto Eleutério da Silva, o “Lobão”, tido como o maior contrabandista de cigarros do país.

A 6ª Turma do STJ acompanhou o voto do relator, ministro Og Fernandes.

O processo será devolvido ao Tribunal Regional Federal. A decisão do STJ não vai alterar a situação do ex-juiz, que atualmente cumpre pena em regime aberto.

A **Folha** não conseguiu ouvir Rocha Mattos e nem seu advogado.

Justiça nega acesso à internet a Beira-Mar

Preso disse que queria
fazer curso à distância

O Tribunal Regional Federal, da 3ª região, Mato Grosso do Sul, negou, por unanimidade, pedido de acesso à internet feito pelo traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, preso desde fevereiro em Porto Velho.

Apontado pela Polícia Federal como um dos traficantes mais perigosos do país, Beira-Mar queria acesso à web por três horas semanais durante dois anos. O tempo seria usado para o traficante fazer um curso de gestão financeira, à distância, na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS).

A Justiça Federal já havia se manifestado contra a solicitação, mas o advogado de Beira-Mar, Luiz Gustavo Battaglin recorreu. Ele disse que o preso "tem direito ao ensino dentro da penitenciária e que a educação ressocializa o detento".

O pedido foi mais uma vez negado, agora por unanimidade pelos desembargadores.

Os procuradores da República que atuaram no caso foram contra. Para eles, o acesso ao computador faria Beira-Mar controlar da prisão os negócios de sua quadrilha.

Em sua decisão, a desembargadora Cecília Mello disse que uma decisão favorável traria risco à segurança pública.

A opção dada pela Justiça é que, se quiser fazer o curso, o criminoso deve receber o material gravado, sem que

Justiça do Trabalho reconhece curso on-line como hora extra

A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou que um banco pague hora extra pelo tempo que um funcionário gastou para fazer cursos na internet em sua casa, após a jornada de trabalho.

A decisão da juíza substituta da 31ª Vara do Trabalho em Belo Horizonte, Jane Dias do Amaral, foi mantida no dia 20 passado pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais e não se aplica automaticamente a outros casos.

A decisão de segunda instância somente reduziu o número de horas extras a serem pagas, de 20 para 10 mensais, após julgar recurso do banco, que ainda pode contestar a nova decisão.

No entendimento da juíza, o bancário Wellington Cruz Marinho foi obrigado a fazer os cursos a distância, apesar de o banco não cobrá-lo formalmente por isso.

Segundo o TRT-MG, os cursos, oferecidos pelo Bradesco, influenciariam a carreira de Marinho, caracterizando obrigatoriedade implícita.

No processo, uma testemunha informou que o banco fornece no começo do ano uma lista de cursos que devem ser feitos pelos empregados. Como nem sempre a rotina permite que sejam feitos durante o expediente, alguns são cursados em casa.

OUTRO LADO

Procurado, o Bradesco informou, por meio de sua assessoria, que não comentaria o caso e que o assunto está "sub judice".

Segundo o TRT-MG, o banco afirmou, em sua defesa, que o funcionário não era obrigado a fazer os cursos de aperfeiçoamento e que as horas gastas não poderiam ser

FOLHA DE S. PAULO

Moral e direito na política

WALTER CENEVIVA

Parece cada vez maior
a dificuldade de conferir
e avaliar os fatos da
realidade partidária

07 JUL 2012

O PROCESSO político brasileiro vive um momento de expectativa para a eleição de outubro próximo, da qual resultará base política com influência sobre o resultando do seguinte pleito nacional. O fundamento legal para a escolha de novos ocupantes de cargos por eleição passou por várias modificações desde o fim dos governos ditatoriais, mas parece um tempo bom para uma ponderação sobre o que restou.

A avaliação política tem sido exemplo mais claro de que o fazer justiça perde importância quando se quer ver o adversário apenas como obstáculo a ser removido. No Brasil de hoje, a palavra "política" não tem o sentido clássico da arte de governar. Acha-se mais próxima dos padrões construídos por Maquiavel, cujo primeiro objetivo estava na destruição do inimigo, a qualquer custo, o que conduz a substituir a escolha dos candidatos por valores outros que não os de sua competência e da força das ideias, mas para combinações não partidárias.

A aproximação do pleito eleitoral gera o questionamento dos pressupostos do processo como ele é, para, a seguir, compor suas finalidades essenciais. O primeiro embaraço está no reconhecimento dos elegíveis, cujo processo de escolha se marca pela confusão de nomes e de finalidades em partidos desconexos, agravados na aliança espúria dos contrários, tanto dos grandes quanto dos nanicos. Os pactos mais contraditórios, de Estado a Estado, de município a município, se multipli-

cam sem outros valores a não ser o da vitória a qualquer custo, mesmo na mistura heterogênea das chapas.

Paradoxalmente, a complexidade e o encaminhamento do processo eleitoral podem ser visualizados em três artigos da definição constitucional dos direitos políticos e da forma de dar tornar viável o exercício democrático da soberania popular. A confusão das alianças desligadas de programas e das finalidades estatutárias dos partidos, ligações contraditórias por si mesmas, se liga a prefeitos e vereadores no rumo de um plano básico dos municípios para a consolidação da infidelidade e da imoralidade política.

Nada obstante a facilidade crescente de acesso ao direito e às suas normas, parece cada vez maior a dificuldade de conferir e avaliar os fatos da realidade partidária e da legalidade no exercício da política.

Se o leitor se der ao trabalho de ler os artigos 14 a 16 da Constituição, que compõem o quadro essencial dos direitos políticos do cidadão, e ainda o art. 17, que resume a estruturação dos partidos políticos, logo perceberá a extensão das armadilhas possíveis, distorcendo, por antecipação, a definição das tendências. Basta ver Lula e seu parceiro Paulo Maluf resolvendo a dificuldade de arquivar os desaforos do passado. Nesse e em outros casos, a distinção entre os tipos de comportamento aumenta.

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Carmen Lucia, acrescentará a suas atividades normais de liderar o processo eleitoral o tratamento das arestas do universo heterogêneo que se retratará na eleição de outubro. Poderá marcar historicamente sua gestão se conduzir uma revisão ampla do processo eleitoral, superando defeitos da formulação partidária, a contar de novas linhas de atuação, na colheita da vontade eleitoral do povo.

FOLHA DE S. PAULO

Hitler quis 07 JUL 2012

dar proteção a juiz judeu, diz historiadora

Uma carta revelaria que Hess não foi
perseguido devido a ordem do 'führer'

Hitler e juiz serviram na mesma unidade na Primeira Guerra

Adolf Hitler teria agido para proteger um juiz judeu com quem havia servido durante a Primeira Guerra Mundial.

A notícia foi publicada em um jornal da Alemanha e repercutida pelas agências de notícias ontem. O texto é de autoria da historiadora alemã Susanne Mauss.

Mauss aponta como prova para essa alegação uma carta de agosto de 1940 assinada por Heinrich Himmler, então chefe da temida organização paramilitar nazista SS.

No texto, Himmler pedia que o juiz Ernst Hess fosse poupado da perseguição devido à "vontade do 'führer'".

Hess, herói de guerra condecorado, havia sido por um breve período o comandante da unidade em que servia Hitler. Após o conflito, ele trabalhou como juiz, até ser forçado a renunciar em 1936 devido às leis raciais nazistas.

Ele se mudou para a Itália, mas foi obrigado a voltar à Alemanha. Em 1942, a proteção de Hitler foi revogada por razões desconhecidas, e Hess foi submetido a trabalho for-

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, ele permaneceu na Alemanha e tornou-se, então, o chefe da autoridade ferroviária com base em Frankfurt. Hess morreu em 1983.

De acordo com Ursula, 86, sua filha, Hess teve a proteção de Hitler por meio da influência de Fritz Wiedemann, outro companheiro de Primeira Guerra Mundial.

Em entrevista, ela afirma se lembrar de ter ouvido o pai dizer que Hitler não tinha amigos no regimento e que ele era bastante reservado.

Ursula diz que os companheiros de unidade ficaram chocados com o fato de Hitler alcançar fama política e se tornar o líder da Alemanha.

Uma vez no poder, ele promoveu perseguição violenta contra os judeus, submetidos a trabalhos forçados e ao extermínio em massa.

A historiadora Mauss nota no texto que, mesmo que a carta encontrada seja genuína, ela não é prova irrefutável de que a ordem de poupar Hess veio de fato de Hitler.

08 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

Sinal aberto 1 Apesar da omissão do TSE quanto ao palanque eletrônico em cidades com mais de 200 mil eleitores que não têm geradora de TV, a corregedoria do TRE-SP solicitou à Anatel lista de municípios que atendem ao requisito, previsto em lei.

Sinal aberto 2 De posse dos dados, o tribunal criou grupo de trabalho para avaliar os casos até 12 de agosto, data em que serão fechados planos de mídia da propaganda eleitoral com juízes, partidos e emissoras.

FOLHA DE S. PAULO

Transparência para quê?

EDUARDO GRAEFF

Os servidores pedem isonomia com carreiras mais bem pagas sempre. Resultado: os salários nunca se alinham. A lei limita aumentos? Tentam mudar a lei

09 JUL 2012

A Lei de Acesso à Informação pode pegar, graças às cobranças da imprensa, da sociedade e da melhor parte dos agentes públicos. A publicação da folha de pagamentos de órgãos públicos é um bom começo, mas é só um começo. A grande pergunta é: o que fazer com toda essa informação?

Identificar aberrações individuais é importante. Mas é fundamental usar a informação obtida para começar a botar ordem na balbúrdia da remuneração de funcionários e autoridades públicas em geral.

Na falta de políticas remuneratórias consistentes, a regra do setor público brasileiro é: quem grita mais alto, leva. A altura da gritaria é razão direta da proximidade dos centros do poder e razão inversa do número de bocas.

Isso dá margem a todo tipo de aberração. Destaco três: o descolamento do teto, a gangorra ascendente e o esmagamento da base da pirâmide salarial.

Descolamento do teto é a brecha entre os salários mais altos e mais baixos do setor público. Ministros dos nossos tribunais superiores ganham tanto ou mais que juizes da Suprema Corte americana. Mas um professor primário nos Estados Unidos ganha um quarto de um juiz da Suprema Corte. No Brasil, deve ganhar um décimo ou menos.

A mesma desproporção se verifica nos salários de policiais, médicos, enfermeiros etc. O que faz com que eles sempre achem que ganham mal, mesmo quando não ganham tão mal assim.

Gangorra ascendente é o efeito da busca de isonomias e equiparações entre funcionários de diferentes carreiras, órgãos, poderes e níveis de governo.

Delegados de polícia querem ganhar como juizes e promotores; militares de alta patente querem ganhar como delegados; funcionários do Executivo querem ganhar como os do Legislativo e Judiciário; policiais e professores dos Estados querem ganhar como os federais. Como as escalas salariais nunca se alinham, a gangorra nunca para e vai sempre para cima.

Esmagamento da base é o impacto final dessa engrenagem sobre a carga tributária. A Lei de Responsabilidade Fiscal limitou a parcela da receita dos Estados e municípios destinada ao pagamento de salários. As demandas dos funcionários, justas ou injustas, se chocam com esses limites.

Virou moda tentar derrubá-los via emendas constitucionais garantindo aumentos para funcionários estaduais e municipais. Assim não há carga tributária que chegue —nem dinheiro que sobre para investir em infraestrutura e melhora da qualidade dos serviços.

Acesso à informação, somente, não vai mudar esse quadro. Mas pode ajudar a sociedade e autoridades responsáveis a dimensionar o problema, discutir soluções e alinhar iniciativas na direção de uma política remuneratória consistente.

Para isso, a informação deve ser abrangente e comparável. O ideal é que todos os órgãos públicos, de todos os poderes e níveis de governo, publiquem e atualizem regularmente sua folha de pagamentos.

Agregar, tabular e comparar essa massa de dados não será nenhum bicho de sete cabeças, se eles forem publicados em formato aberto, como prevê a lei. Um órgão como o Instituto de Pesquisa Econômica

Só assim saberemos quem está gritando de barriga cheia e quem está ganhando pouco ou na justa medida —que, para ser justa, tem que ser proporcional à capacidade de pagamento do país.

Quem se dá bem na sombra achará pretextos para resistir à abertura da informação. O que é motivo suficiente para os amigos da transparência insistirem.

EDUARDO GRAEFF, 62, é cientista político. Foi secretário-geral da Presidência da República (gestão Fernando Henrique Cardoso)

09 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

VOLTA ÀS AULAS

O governo de SP está fazendo levantamento de remédios e produtos que a Justiça determinou que fossem fornecidos a pacientes. Foram encontrados fubá, xampu anticaspa, pilhas e copos descartáveis.

CARTILHA

O secretário da Saúde de SP, Giovanni Cerri, estima que o Estado gaste cerca de R\$ 850 milhões para atender a ações judiciais. Destes, R\$ 700 milhões seriam gastos "desnecessários". Para tentar diminuir as decisões desfavoráveis ao governo, foi feito acordo com o Tribunal de Justiça para a criação de um curso destinado a juizes.

UNIVERSITÁRIOS

Na avaliação da secretaria, por serem leigos no assunto, os magistrados tendem a favorecer os pacientes, cujos advogados solicitam medicamentos caros de laboratórios privados quando haveria alternativas equivalentes e mais baratas oferecidas pelo Estado. Será criado também um plantão de consultas para juizes com professores de USP, Unicamp e Unesp.

09 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Serra recebe 3ª multa por propaganda antecipada

PSDB e candidato são condenados a pagar R\$ 100 mil por anúncio na TV

Programa exibiu urna eletrônica e convidou militantes a convenção tucana; candidato diz que vai recorrer ao TRE

Pela terceira vez, a Justiça Eleitoral multou o PSDB e José Serra por propaganda antecipada. O partido e seu candidato a prefeito de São Paulo foram condenados a pagar R\$ 100 mil (R\$ 50 mil cada).

A assessoria do tucano informou que ele vai recorrer ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) contra a punição, a mais alta aplicada até aqui na campanha paulistana.

Para a juíza Carla Themis Lagrotta Germano, da 1ª Zona Eleitoral, o PSDB e Serra usaram inserções partidárias em rádio e TV para promover o tucano fora do prazo legal.

As propagandas convidaram militantes a participar da convenção que formalizou a candidatura, em 24 de junho.

As inserções exibiram a animação de uma urna ele-

tando a tecla confirma —segundo a sentença, uma “alusão inequívoca à eleição que será disputada por Serra”.

Em sua defesa, o tucano afirmou que ignorava o texto levado ao ar. A magistrada não aceitou a justificativa.

“Serra é pré-candidato único ao pleito municipal, tendo, por certo, autorizado e consentido, ainda que de forma tácita, a divulgação de seu nome e imagem”, escreveu.

Ao fixar o valor da multa, a juíza disse haver “reiteração da conduta ilícita” e frisou que a propaganda foi ao ar em horário nobre.

A equipe de Serra diz que “o tempo era destinado ao partido, que optou por veicular convite para a convenção”.

Ontem, ele fez campanha na Liberdade (região central). Vestiu quimono e dançou entre o público de uma festa tradicional japonesa.

07 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

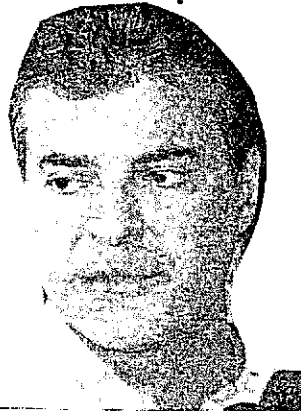
Beto se esquiva sobre publicação de salários

Enquanto o governo federal já tomou as providências necessárias para cumprir o que manda a Lei de Acesso à Informação, os paranaenses vão ter que esperar uma decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para saber quanto ganha cada um dos servidores estaduais do Executivo. Essa é a posição do governador Beto Richa (PSDB), que considera haver uma "questão da privacidade das pessoas", ainda não totalmente definida na esfera judicial.

O governador disse ontem, durante visita à Londrina, que pretende esperar uma nova posição do TJ para que o Executivo mostre a relação individualizada dos salários. No mês passado, o Órgão Especial do TJ considerou inconstitucional a publicação dos salários dos servidores públicos estaduais dos Três Poderes do Estado e vetou a divulgação. A decisão foi tomada durante julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei estadual 16.595/2010, a chamada Lei Estadual da Transparência.

Beto afirmou que "fazemos um governo com absoluta transparência, democrático, e acho que todas as informações devem ser repassadas à sociedade, mas, sobre a questão do nome e salário dos servidores, hoje existe uma polêmica". Segundo Beto, após uma definição do TJ,

Para governador do Paraná, divulgação individualizada de vencimentos dos servidores depende do TJ



Beto: "Todas as informações devem ser repassadas à sociedade, mas, sobre a questão do nome e salário dos servidores, existe uma polêmica"

"não tenho dificuldade alguma em também colocar no portal da transparência todos os salários de todos os servidores".

Questionado se a posição do STF - que já divulga em sua página na internet os salários de ministros e servidores - não seria suficiente para garantir também a publicação no Paraná, o governador se esquिवou: "Estou vendo ainda, estou analisando na área da Justiça".

TJ pode rever decisão

A discussão sobre a transparência voltará à pauta do TJ na segunda-feira. Segundo informações da assessoria de imprensa do órgão, o presidente, desembargador Miguel Kfoury Neto, deve se reunir com o Órgão Especial da corte para discutir uma eventual mudança no posicionamento sobre a publicação individualizada dos salários.

Ocorre que depois do veto imposto pelo TJ à Lei Estadual da Transparência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, nesta semana, que tribunais de Justiça de todo país divulguem os salários dos magistrados e servidores. Para o CNJ, a publicação cumpre exigência da Lei de Acesso à Informação.

07 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

OAB vai ao STF contra comissionados da AL

OAB protocola ADI contra comissionados da AL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) cumpriu com o que havia anunciado em abril e ajuizou, ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra duas leis estaduais do Paraná que aumentaram significativamente o número de cargos comissionados na Assembleia Legislativa (AL). A lei 16.390/2010 criou 1.704 cargos em comissão e extinguiu 163 cargos efetivos e a 16.792/2011 reduziu os 1.704 para 1.677 cargos. São requeridos na ação a AL, que aprovou as normas, e o governador Beto Richa (PSDB), que as sancionou. A OAB pede liminarmente a suspensão da eficácia das leis. O relator é o ministro Marco Aurélio.

Hoje são 495 cargos efetivos no Legislativo paranaense e quase dois mil (não integralmente preenchidos) cargos comissionados, o que, para a OAB, configura explícita desproporcionalidade, afrontando diretamente a Constituição Federal. "As leis estaduais violam de forma clara o princípio da proporcionalidade, pela evidente desproporção com relação ao número de cargos em comissão e de cargos efetivos. Afrontam, igualmente, os princípios da igualdade, impessoalidade e moralidade administrativa", diz

A Diretoria de Comunicação da AL argumenta que 260 comissionados trabalham na administração da Assembleia, sendo os demais assessores nos gabinetes dos 54 deputados - cada parlamentar pode nomear de seis a 23 comissionados. Neste caso, haveria proporcionalidade. Porém, para a OAB tal argumento não deve ser levado em conta justamente porque o STF já julgou situação semelhante na Câmara Municipal de Blumenau (SC) e considerou irrelevante o local onde os comissionados desempenham a função.

A OAB também argumenta que predominam entre os cargos criados pelas leis estaduais funções que deveriam ser desempenhadas por concursados, uma vez que estão "puramente ligadas à atividade de legislativa". A Constituição prevê que a regra é o concurso público e cargos comissionados são a exceção e somente para cargos de direção, chefia e assessoramento.

Em entrevista em abril, quando a OAB anunciou que ajuizaria a ADI, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), defendeu a legalidade das normas estaduais e sustentou que 1,2 mil dos 2 mil cargos comissionados estão preenchidos. Ontem, a Diretoria de Comunicação disse que a AL não se

07 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Moleza

Não bastassem os servidores legislativos que recebem sem trabalhar ainda há a quebra de simetria entre os 500 efetivos e os 2 mil comissionados. Ontem a OAB (via Conselho Federal) entrou com ação no STF.

CLÁUDIO HUMBERTO

A fila não anda

Correição do Conselho Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Rio apurou que pelo menos dez desembargadores poderão ser punidos com aposentadoria compulsória por engavetar processos. O campeão do "engavetamento" tem 1.840 na gaveta. Os colegas foram solidários.

MILITÃO

▼ O juiz federal Roberto Lima Santos, de Londrina, proferiu palestra a estudantes do primeiro ano de Direito da Unifil, falando sobre o conteúdo do seu livro "Crimes da ditadura militar - responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violação aos Direitos Humanos". Evento organizado pelos professores Ana Paula Sefrin Saldini, Denise Américo de Souza e Luciano Verdicchio. Roberto Lima Santos é mestre em Ciência Jurídica pela UENP

07 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

MP entra com ação contra Cristiane

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina moveu a sétima ação por improbidade administrativa contra o prefeito Barbosa Neto (PDT) em razão da nomeação da servidora Cristiane Hasegawa para o Conselho de Administração da Sercomtel, permitindo o acúmulo de cargos públicos, o que é vedado pela Constituição Federal. Cristiane também é ré na ação e o promotor Renato de Lima Castro pede liminarmente seu afastamento da presidência do conselho.

A servidora concursada para uma função de nível médio na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (-CMTU) ocupa atualmente o cargo de assessora de gabinete do prefeito com salário de R\$ 5,1 mil. Pela função no conselho - que prevê uma reunião mensal e eventuais reuniões extraordinárias - ela recebe R\$ 3 mil.

A ação por improbidade foi motivada pelo descumprimento de recomendação administrativa expedida pelo Ministério Público (MP) em 19 de junho. O Executivo argumenta, por meio de parecer assinado pela procuradora-geral do Município, Cláudia Rodrigues, que o cargo na Sercomtel não é uma função pública, já que a telefônica é uma sociedade de economia mista. Cristiane também é ré na ação em razão de o MP também ter recomendado que ela pedisse a exoneração da companhia, caso não fosse demitida.

O entendimento do MP é que como os agentes públicos - servidora e prefeito - foram alertados sobre a ilegalidade da conduta, respondem por improbidade administrativa de maneira dolosa, ou seja, sabiam que não poderiam persistir com a situação. Ontem o promotor Renato de Lima Castro não quis dar entrevista sobre o assunto.

Procurada ontem, a servidora disse que apenas naquele momento tomava conhecimento da ação e, por isso, não comentaria o assunto. O prefeito Barbosa Neto não foi localizado por meio do Núcleo de Comunicação da prefeitura. A ação, distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública, também pede as penas da Lei de Improbidade: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, ressarcimento do erário e multa.

FOLHA DE LONDRINA

Infância em risco

É importante coibir esse tipo de crime e oferecer apoio adequado às vítimas, uma das principais falhas apontadas

08 JUL 2012

O aumento das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes - tema de Reportagem de hoje na FOLHA - reflete o quanto o sistema de atendimento e proteção às vítimas é precário. O relato da apresentadora Xuxa Meneghel ao programa Fantástico contribuiu - e muito - para motivar novas denúncias, o que significa que esse tipo de violência continua arraigada na sociedade, mas está escondida, subnotificada. Romper esse silêncio é uma das principais etapas a serem concluídas até porque, segundo estimativa do Ministério da Saúde, apenas um em cada dez casos é relatado no País.

Orientação de pais, professores e protetores para reconhecer as crianças vítimas de abuso e motivá-los a denunciar os agressores é o primeiro passo. Investir em uma estrutura adequada e em profissionais qualificados é outro ponto. No entanto, a punição dos agressores têm que ser efetiva. Nesses casos de crimes hediondos não pode haver progressão do regime prisional, como tem sido concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Outra questão a ser tocada é o tratamento dos agressores durante o cumprimento da pena, para evitar que ele saia e volte a praticar o mesmo crime.

Dados da Delegacia da Mulher de Londrina revelam um aumento de 32% nas denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, muitos deles praticados por reincidentes. Se mantido o mesmo ritmo de notificações, o ano deve ser fechado com cerca de 130 ca-

sos, número nunca antes atingido. É importante coibir esse tipo de crime e oferecer apoio adequado às vítimas, uma das principais falhas apontadas.

No Paraná, por exemplo, apenas dois municípios - Curitiba e Foz do Iguaçu - contam com núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescentes Vítimas de Crime (Nucria). O governo já sinalizou a intenção de implantar outras três unidades em Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa, mas ainda não tem prazo definido. Além disso, dos 399 municípios, cerca de 350 sequer tem rede de apoio específica, enquanto a maioria das pessoas que atendem essas crianças simplesmente não estão preparadas.

É um cenário que não pode perdurar. O mínimo que se espera é que as vítimas recebam tratamento adequado e humanizado. Não se pode continuar com essa situação. Portanto, é importante que a sociedade cobre investimentos em estruturas e atendimento adequados a fim de minimizar os danos já sofridos pelas vítimas.

08 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

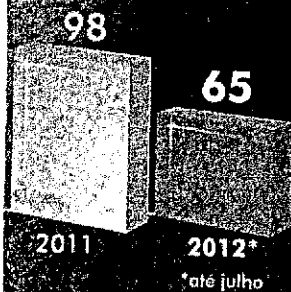
INFÂNCIA AMEAÇADA

Denúncias de abusos crescem 32% em Londrina

Apesar do aumento das notificações, estima-se que apenas um em cada dez crimes seja relatado. Casos de violência sexual são o segundo maior tipo de agressão contra crianças no País. Maioria dos abusadores têm parentesco com as vítimas.

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

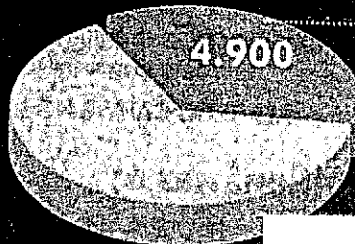
► Denúncias em Londrina



350
dos 399
municípios
paranaenses
não contam
com rede de
apoio às
vítimas

► Notificações em todo o País

Total: 14 mil



35%
são de
natureza
sexual

Estupro de vulnerável é crime hediondo
Pena - 8 a 15 anos de prisão

08 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Denúncias de abuso crescem 32% em Londrina

Violência sexual é o segundo maior tipo de agressão sofrida por crianças no País; para MP, falta apoio às vítimas

Londrina - As denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes aumentaram 32% em Londrina. A Delegacia da Mulher, que cuida desses crimes, abriu 65 investigações apenas no primeiro semestre. Se as denúncias continuarem neste ritmo o ano vai terminar com cerca de 130 casos, até então uma marca histórica. Em 2011 foram 98. "Isso quer dizer que as crianças estão pedindo socorro", salienta a delegada Elaine Aparecida Ribeiro.

A violência sexual é o segundo maior tipo de agressão sofrida por crianças de zero a nove anos de idade no País, conforme levantamento do Ministério da Saúde. A violência sexual representou 35% do total de 14 mil notificações no ano passado (essas notificações tornaram-se obrigatórias em todos os estabelecimentos de saúde do Brasil).

No entanto, esse número está longe de demonstrar a realidade. Estima-se que apenas um em cada dez casos seja relatado no País. "Há o medo e o preconceito por trás desse crime, um silêncio dolorido e que às vezes é exposto pelas crianças e mal interpretado pelo adulto. Muitas vezes a criança chega a contar para alguém, uma professora que não soube o que fazer ou um parente que teve medo em denunciar. Muitos casos são subnotificados",

comenta a juíza Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal, onde 95% dos crimes contra crianças ou adolescentes são de violência sexual.

No primeiro semestre deste ano foram realizadas 77 audiências desses casos, média de três por semana. No cartório tramitam ainda 134 ações penais desta natureza e 400 inquéritos aguardam conclusão.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Paraná, Murilo Digiácomo, apontou outro grave problema. O Estado não consegue prover apoio às vítimas de abuso. "Não adianta ter boa vontade, é preciso ter preparo. 99% das pessoas que atendem essas crianças não sabem como atendê-las", afirma.

Digiácomo aponta que cerca de 350 municípios sequer tem rede de apoio específica. Outro exemplo da fragilidade está no número de núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (Nucria) - apenas duas cidades das 399 no Estado contam com unidades: Curitiba e Foz do Iguaçu.

"Precisamos ter mais delegacias especializadas, equipes técnicas para atendimento diferenciado, qualificação dos policiais que atendem esses casos. É preciso haver política pública, investimento de recurso

na contratação de profissionais e qualificação. Faz de conta não adianta", critica.

Em Londrina, a Delegacia da Mulher tem uma equipe reduzida: apenas uma delegada, duas escrivãs e três investigadoras. O grupo conta com o apoio do Poder Judiciário e do município para concluir as investigações. "Fazemos o possível e impossível para dar essa resposta, que muitas vezes não é imediata. Muitos dos atos libidinosos só conseguem ser comprovados por atendimentos psicológicos e isso não ocorre com um único atendimento", explica a delegada.

A secretaria estadual de Segurança Pública informou, por meio da assessoria, que pretende implantar unidades do Nucria em Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa. No entanto, não há prazo definido.

CONTINUA

08 JUL 2012
FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO



Zilda Romero, juíza: "Há o medo e o preconceito por trás desse crime, um silêncio dolorido e que às vezes é exposto pelas crianças e mal interpretado pelo adulto"

CONTINUA

08 JUL 2012
FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

'Temos muitos casos de revelações'

Socorro, suplica atenção. Os casos de abuso sexual investigados pela polícia têm tons dramáticos. Em Londrina, uma investigação policial colocou atrás das grades um pedófilo que guardava vasto material pornográfico em Londrina. A audiência deste caso ocorreu há duas semanas. O homem de 33 anos é acusado de abusar sexualmente da enteada de dois anos e ainda filmar os atos. Na residência foram apreendidos 35 pen drives com material pornográfico, muitos com conteúdo de pedofilia. Nos seus dois computadores foram encontrados vídeos de outra vítima, também de Londrina. Ele está preso preventivamente na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II).

O homem é acusado de praticar estupro de vulnerável, crime hediondo que está previsto no artigo 217 do Código Penal. A pena varia de 8 a 15 anos de prisão e tem agravantes: pode aumentar em 50% se o réu tiver grau de parentesco com a vítima e em 25% se

for cometido por duas ou mais pessoas. Se forem acatadas todas as condicionantes, o réu deste caso pode ficar até 45 anos atrás das grades.

Outra investigação que resultou em ação penal é de um homem abusava da filha, da enteada e de uma prima delas. Os crimes ocorriam com consentimento da mãe. "Acho gratificante fazer esse atendimento e saber que conseguimos tirar a criança desse sofrimento, mas é difícil", acrescenta a delegada da Mulher, Elaine Aparecida Ribeiro, que está há quatro anos comandando essas investigações em Londrina. Já colheu milhares de depoimentos de vítimas e seus familiares.

Não são raros os casos em que as testemunhas confessam ser vítimas durante o interrogatório judicial. "Temos muitos casos de revelações: mães de vítimas que confessam abusos, irmãs que também dizem ter sofrido abuso do mesmo pai", comenta a juíza da 6ª Vara Criminal, Zilda Romero.

CONTINUA

Morte em Cambé foi 'tragédia anunciada'

Homem preso por violentar e matar menina de 9 anos acumulava histórico de desentendimentos com vizinhos

Cambé – Um homem violento, que consumia bebidas alcoólicas de forma abusiva e acumulava um histórico de desentendimentos com moradores do bairro. É dessa forma que os vizinhos descrevem Adão Barbosa Xavier, 48 anos, assassino confesso da menina Joseane Pereira de Moraes, 9 anos, morta após ter sido estuprada no final do ano passado em Cambé (Norte).

A morte, segundo eles, teria sido uma tragédia anunciada. A menina era amiga de uma das filhas de Xavier, com quem a mãe de Joseane trabalhava na separação de materiais recicláveis. As duas garotas costumavam ficar sozinhas pelas ruas do bairro enquanto os pais passavam as madrugadas bebendo.

"Denunciamos a situação várias vezes ao Conselho Tutelar, mas, infelizmente, não deu tempo de evitar a tragédia", comentaram vizinhos que, por segurança, preferiram não se identificar. Segundo eles, houve até quem tenha registrado queixa contra Xavier, por ameaça, o que não foi suficiente para mudar o comportamento do acusado pelo assassinato.

De acordo com Agenor de Souza, presidente do Conselho Tutelar de Cambé, Joseane foi encaminhada para serviços de atendimento a crianças em si-

impossível ficar olhando as crianças 24 horas por dia", alega. A família de Xavier, que está preso, continua sendo assistida pelo Conselho.

A menina brutalmente assassinada antes de completar a primeira década de vida habita as memórias da avó, Maria Tributino Pereira Soares. Preocupada com o alcoolismo da mãe de Joseane, era ela quem se esforçava para garantir alimentos, cuidados e segurança para a neta e os três irmãos. "Falei com o pessoal do Conselho Tutelar para olhar pelos meus netos, mas a lei só vem quando já aconteceu a tragédia", denuncia.

Afastada da irmã mais velha de Joseane, que se mudou para a casa de parentes em outro Estado por questões de segurança, Maria sofre com a saudade das netas e com o inconformismo pela morte precoce da caçula. "É diferente de perder alguém por morte natural. Pela maneira brutal como foi assassinada, não tem como a gente se conformar", diz.

Maria sentia-se constantemente temerosa pelo estilo de vida levado pela mãe de Joseane, mas, até acontecer a tragédia com a neta, jamais imaginou que um vizinho poderia cometer tamanha brutalidade. Com lágrimas nos olhos, recorda que Joseane era uma menina inocente

"Penso nela todos os dias. No café da manhã, era ela quem vinha buscar o pão e o leite. A Joseane era boazinha e fazia tudo que a gente pedia", conta.

A tristeza da avó está expressa na placa de "vende-se" em frente à casa onde mora. "Não me sinto bem neste lugar. Enquanto estiver por aqui, vou continuar muito triste. É como se tivessem levado um pedaço de mim." A prisão de Xavier, apesar de não diminuir a tristeza, acabou com a sensação de impunidade. "Espero que ele nunca mais saia da cadeia, para não ter chance de fazer outra família infeliz."

Marcada pela tragédia, ela ainda encontra forças para aconselhar as famílias que temem pela segurança dos próprios filhos. "Os pais precisam estar sempre preocupados, não podem descuidar das crianças. Quem é ruim não nasce com estrela na testa."

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Crianças ficam em antessala especial

Londrina - Na 6ª Vara Criminal de Londrina, as vítimas não têm contato com o réu na hora de prestar depoimento. As crianças ficam numa antessala especial e são acompanhadas de perto por psicóloga e assistente social.

08 JUL 2012

A "sala de depoimento sem dano" foi criada em 2002, no Rio Grande do Sul, para não constranger ainda mais a criança. No Paraná são apenas duas unidades, em Curitiba e Londrina. "Assim que a criança chega é feito o acolhimento, explicado por que ela está aqui, ela fica ciente do procedimento e quais as consequências do que se passa", explica a psicóloga Aline Cristina Carta.

Na sala há brinquedos e papéis de parede. No teto chamam a atenção quatro câmeras de segurança, ligadas diretamente à sala de audiência. O procedimento é assistido por videoconferência. Também há microfone e a psicóloga pode usar um ponto para ouvir instruções da juíza. Alguns bonecos são usados para a criança demonstrar quais roupas foram retiradas pelo abusador e as partes do corpo em que foi tocada. "É uma maneira de tentar minimizar o sofrimento da criança em ter que falar e repetir o que aconteceu perante o réu", acrescentou.

"O réu permanece na sala de audiência acompanhando através do monitor e a gente percebe a reação dele enquanto a vítima relata o fato. A criança é ouvida por profissionais competentes e os casos são descritos com riqueza de detalhes, isso é importante para produção

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Abusadores são próximos das vítimas

Geralmente os abusadores têm ligação de parentesco com as vítimas. Em Londrina a situação não é diferente. "Normalmente é aquele indivíduo acima de qualquer suspeita, que se relaciona muito bem, que tem religião, que é trabalhador. A maioria dos casos é intrafamiliar, seja o pai, o padrasto ou parente muito próximo", define a promotora Suzana de Lacerda, da 6ª Vara Criminal. "Na hora do interrogatório a maioria nega, mesmo com todas as evidências", acrescenta a juíza Zilda Romero, da 6ª Vara.

A delegada Margareth Alferes de Oliveira Motta, do Núcleo de Proteção à Criança e Adolescentes Vítimas de Crime (Nucria) em Curitiba, enfatiza que os casos de violência sexual são difíceis de resultarem em flagrante. "Normalmente são situações que se repetem por anos e acabam aparecendo."

Por essa característica, as autoridades que investigam as denúncias encontram dificuldades para reunir provas materiais suficientes para efetivamente punir os acusados. "As acusações acabam baseando-se em avaliações psicológicas das crianças", diz, acrescentando que denúncias de várias vítimas de um mesmo agressor constituem prova importante. "Não fica a denúncia de um contra o outro."

Na avaliação dela, a mudança na legislação estabelecendo que não é preciso haver consumação da relação sexual para caracterizar o estupro foi um avanço. "Mesmo que não se possa condenar o acusado, a

Segundo a delegada, as denúncias são importantes para identificar os casos mesmo quando não há provas suficientes para condenação. "Como a punição é severa, o medo de ser acusado de violência sexual acaba inibindo o agressor."

**Creas 3
acompanha
1,2 mil casos**

Londrina - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas 3) atende exclusivamente crianças e adolescentes vítimas de violência. Atualmente, 1,2 mil casos são acompanhados. "A sexualidade deve acontecer no momento certo, quando há plena consciência do ato. Quando acontece com uma criança, ela ainda não está madura, não tem desenvolvimento intelectual e corporal, e a tendência é que fique com sequelas", alerta a psicóloga Daniele Pedrosa Fioravante Tristão, coordenadora do Creas 3.

A maioria das vítimas apresenta um quadro de mudança comportamental. Muitas vezes a criança ou adolescente desenvolve transtorno de ansiedade, depressão, problemas de aprendizagem. Algumas ficam sexualizadas. Outras têm dificuldade de relacionamento.

08 JUL 2012

"A criança que fica submetida a abusos por muito tempo pode apresentar muitos problemas porque cria-se um padrão de comportamento. A maneira como ela vai se defender disso é difícil, pesada", aponta o psicólogo Eugênio Canesin Dal Molin.

"Se o estupro é praticado por um familiar ou pessoa de confiança há um problema para tratar que a princípio é sério, porque tem uma traição de confiança. A criança procura uma coisa no adulto que é a segurança e encontra outra. Uma criança que é abusada sexualmente pode ficar receosa do contato com outros adultos", explica.

Em Londrina, denúncias podem ser feitas na Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar ou Creas 3.

FOLHA DE LONDRINA

INDENIZAÇÃO

Estado é
condenado 08 JUL 2012
por prisão
ilegal

Estado é condenado por prender vítima

Danilo Marconi
Reportagem Local

Londrina - O Estado do Paraná foi condenado a indenizar em R\$ 20 mil um londrinense, vítima de tentativa de homicídio, por prendê-lo ilegalmente por duas vezes. A sentença foi proferida na semana passada pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Gonçalves.

A vítima foi baleada por dois homens em dezembro de 2009.

Os autores do crime foram identificados e detidos. No local do crime, no entanto, foi encontrado um revólver sem munições e sua propriedade atribuída ao ferido, fato que sustentou seu pedido de prisão preventiva.

O homem foi detido em dezembro daquele ano e enca-

minhado ao 2º Distrito Policial, onde ficou na mesma cela dos autores do crime. "Além da indignação e angústia em razão da privação de sua liberdade, (ele) foi agredido e espancado pelos dois denunciados. São vários danos que ele suportou", descreveu o advogado de defesa Eduardo

**"São vários
danos
que ele
suportou"**

Kotaka Junior. Os fatos foram levados ao juízo, que, segundo o advogado, reconheceu o erro e determinou sua imediata soltura. Ele deixou a carceragem em menos de uma semana.

Em abril de 2011, o homem foi preso novamente porque não foi efetuada a baixa do mandado de prisão contra ele na ação criminal. Novamente, ele ficou menos de uma semana atrás das grades.

A vítima peia R\$ 200 mil de indenização do Estado. "A prisão ilegal decorreu de erro inescusável do Estado do Paraná, não se relacionando a fato inevitável ou imprevisível. O valor cominado visa atingir o objetivo pedagógico da sanção para que o réu (Estado) não torne a cometer ilícitos dessa natureza", ressaltou o juiz na decisão.

A defesa pretende recorrer do valor arbitrado na sentença. "Entendemos que foram graves os danos causados ao cliente", argumentou Kotaka Junior. Procurada pela reportagem, a vítima não quis comentar o assunto e pediu para que seu nome não fosse divulgado.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) informou que vai recorrer da decisão junto ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

08 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA



Hoje é o último dia para a Justiça Eleitoral publicar a lista dos pedidos de registro de candidatos apresentados pelos partidos políticos ou coligações. E amanhã é o último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida que tenha solicitado transferência para uma seção eleitoral especial comunicar ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, para que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie os meios e recursos para facilitar o exercício do voto.

Teto de gastos 1

Nas eleições de 2012, os seis candidatos a prefeito de Londrina informaram que podem gastar, juntos, até cerca de R\$ 15 milhões com campanha eleitoral, conforme antecipou a FOLHA na última sexta-feira. A campanha com estimativa mais cara é a da candidata do PT, Márcia Lopes, que registrou o valor de R\$ 4,8 milhões. O curioso é que, nas últimas eleições municipais, em 2008, o então candidato do PT a prefeito de Londrina, André Vargas, também informou a maior previsão de gastos entre os concorrentes: R\$ 2,5 milhões.

Teto de gastos 2

Para as eleições de 2012, o candidato do PDT, Barbosa Neto, informou que pode gastar até 2 milhões. Em 2008, a previsão de despesa do pedetista era parecida, de R\$ 1,8 milhão. Já o candidato Luiz Eduardo Cheida (PMDB), que também aparece nas duas disputas (2008 e 2012), há quatro anos informou que poderia gastar até R\$ 1,5 milhão. Para o pleito de outubro próximo, Cheida quer investir mais: até R\$ 2,5 milhões.

Teto de gastos 3

Vale lembrar: Em 2008, os nove candidatos a prefeito de Londrina informaram que poderiam gastar em suas campanhas eleitorais até R\$ 9.179.000,00. Agora, em 2012, os seis prefeituráveis da cidade estimam uma despesa de até R\$ 15.250.000,00.

09 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA TSE já contabiliza mais de 213 mil pedidos de registro de candidaturas

Brasília - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já contabiliza 213.869 pedidos de registro de candidaturas a prefeito, vice-prefeito e vereador para as eleições municipais deste ano. Os números são do DivulgaCand 2012, sistema do TSE, atualizados no fim da noite do último sábado. Ontem era o último dia para a Justiça Eleitoral publicar a lista de pedidos de registros apresentados por partidos, coligações e candidatos para o pleito de 7 de outubro.

Dos 213.869 registros até as 22h de sábado, 199.372 eram pedidos de a vereador, 7.268 a prefeito e 7.229 a vice-prefeito. O estado que mais registrava pedidos de candidatura até a última atualização era São Paulo, com 59.770 registros. Alagoas era o estado com menos pedidos, 792.

Também terminava ontem o prazo para que a Justiça Eleitoral enviasse à Receita Federal os dados dos candidatos cujos pedidos de registro tenham sido feitos por partidos ou coligações para que o Fisco possa emitir número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A partir de ontem, o calendário eleitoral também prevê o começo da convocação dos partidos políticos e da representação das emissoras de rádio e televisão para a elaboração do plano de mídia para o horário eleitoral gratuito. A propaganda eleitoral gratuita começará a ser exibida no dia 21 de agosto, 47 dias antes do primeiro turno da votação.

Além das estatísticas, o DivulgaCand 2012 também permite o acesso a informações prestadas pelos candidatos à Justiça Eleitoral, como declaração de bens, certidões criminais e previsão de gastos de campanha. Qualquer cidadão pode consultar o sistema por meio da página do TSE na internet, no link DivulgaCand 2012.

FOLHA DE LONDRINA

**Estrangeiros
cumprem
pena por tráfico**

09 JUL 2012

São Paulo – Mais de 90% dos presos estrangeiros atendidos pela Defensoria Pública Federal no Brasil estão presos pelo crime de tráfico de drogas. A maioria deseja ser expulsa para cumprir a pena em seu país de origem e grande parte reclama da demora do processo no Brasil.

O sistema prisional brasileiro abriga 3.191 estrangeiros, sendo 2.417 homens e 774 mulheres. Os estrangeiros são oriundos de 109 nacionalidades. As informações foram dadas no sábado pela defensora pública federal Letícia Sjoman Torrano, durante o 2º Seminário sobre Presos Estrangeiros, promovido pelo CNJ, no Rio de Janeiro. "Os (presos) que chegam para nós, 90% são "mulas" (pessoas que transportam entorpecentes) do tráfico de drogas", disse Letícia. Ela revelou que a maioria alega passar dificuldades financeiras em seus países de origem. Entre os principais problemas enfrentados pela defensoria no atendimento está a comunicação – nem todos falam inglês ou espanhol.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

09 JUL 2012

NOVO FÓRUM

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, inaugurou nesta quarta-feira (4/7) o Novo Fórum de Santa Felicidade, que fica na Via Vêneto, 1490. O Fórum atenderá 14 bairros e beneficiará em torno de 155 mil pessoas, tendo competência para julgar causas relativas aos Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Fazenda Pública, Família, Infância e Juventude, esta última, voltada às crianças e adolescentes em situação de risco. O horário de atendimento é das 12h às 18h. Assumiu a direção do Fórum a juíza Adriana de Lourdes Simette. Na solenidade de inauguração o presidente do TJ afirmou que a iniciativa é a primeira etapa de um esforço para descentralizar o Judiciário, numa demonstração clara de que a população pode contar cada vez mais com a Justiça ao seu lado.

MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO

O Centro de Conciliação e Cidadania do Tribunal de Justiça do Paraná, coordenado pela desembargadora Denise Kruger Pereira, realiza de 16 a 27 de julho dois mutirões temáticos de Conciliação em processos do Fórum Cível de Curitiba e em apelações que se encontram no Tribunal. Participam dos mutirões as 23 Varas Cíveis de Curitiba e estão agendadas 393 audiências.

OUIDORIA-GERAL

Oficialmente instalada em menos de um ano, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná já vem mostrando agilidade nas respostas e soluções às questões a ela apresentadas. Somente em 2011, registrou-se o recebimento de 1940 solicitações. A Ouvidoria-Geral é um canal direto de comunicação entre a população e o Poder Judiciário. Sua missão é promover a aproximação da Justiça com o cidadão para que o serviço prestado por ela seja aprimorado e se busquem soluções para os problemas apontados. O atendimento da Ouvidoria é feito por meio eletrônico, no endereço <http://www.tjpr.jus.br/formulário>, pelos telefones 3200-3130 e 3200-3070 ou pessoalmente, no 10º andar do anexo do Tribunal de Justiça, no horário das 12h às 18horas.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTRADO

O presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto, participou, no último dia 29 em Florianópolis, no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, do Primeiro Encontro do Programa "Valorização - Juiz Valorizado, Justiça Completa!", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento reuniu representantes de todos os segmentos da magistratura, com a finalidade de refletir sobre o tema e propor medidas para eliminar ou minimizar a percepção distorcida por parte da sociedade, em relação ao trabalho do magistrado, que considera a produtividade numérica como o principal critério de valorização do profissional, desconsiderando o caráter qualitativo, até o ponto de influenciar na promoção da carreira. Presentes também ao evento pelo TJPR os desembargadores Noeval de Quadros (corregedor-geral), Lauro Fabrício de Melo (corregedor), Adalberto Jorge Xisto Pereira e Rogério Coelho (vice-presidente e corregedor do TRE-PR), além da assessora de imprensa Marly Camargo Rogachski.

MARINGÁ

No último final de semana em razão da comemoração de um ano do "Juizado Móvel de Maringá", diversos programas de responsabilidade social do TJPR foram levados à comarca. Juízes da cidade e de comarcas vizinhas estiveram na cidade atendendo a população local.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

09 JUL 2012

COMISSÃO DE TECNOLOGIA

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, o juiz auxiliar Roberto Santos Negrão e o técnico de informática do Departamento de Tecnologia e Informação, Danilo Kovalechyn, participaram nesta semana do primeiro encontro da Comissão de Tecnologia das Corregedorias-Gerais de Justiça, no Mato Grosso (MT). A comissão, que foi criada recentemente durante o 59º ENCOGE, realizado em Foz do Iguaçu (PR), tem como foco principal propor políticas de utilização e uniformização das novas tecnologias, a fim de equipar as Corregedorias de Justiça dos estados e o primeiro grau de jurisdição de mecanismos voltados para ampliar a eficiência da Justiça.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A edição deste semestre do programa de responsabilidade social do TJPR, "Justiça se Aprende na Escola", teve encerrada na quarta-feira (4/7) a etapa de visitação de estudantes ao Tribunal. O presidente Miguel Kfouri Neto, juntamente com o 2º vice-presidente, Ivan Bortoleto e os juízes Jederson Suzin e Diego Teixeira, conversou e respondeu dúvidas das crianças da Escola Municipal Paulo Rogério G. Esmanhoto.

ENCONTRO

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto, participou do encontro teuto-brasileiro de criminologia e política criminal, promovido pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) em Foz do Iguaçu. Durante o encontro foram tratados temas como a política de drogas; criminologia, política criminal e Justiça; proteção aos condenados e crimes ambientais e econômicos.

CONVITE

O comandante da 5ª Região Militar e Divisão do Exército, general Willian José Soares, foi recebido pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto nesta segunda-feira (2/7). O general veio convidar o desembargador Kfouri, para a recepção ao comandante do Exército Brasileiro, Enzo Martins Peri, que acontecerá no próximo dia 17 (terça-feira). Ao confirmar sua presença na recepção, o presidente enfatizou o excelente relacionamento com a 5ª Região Militar, sobretudo na destruição de armas apreendidas e em outros temas ligados à segurança do estado do Paraná.

CONDECORAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, esteve presente, no último dia 2, na solenidade em comemoração ao Dia do Bombeiro, que ocorreu no Quartel do Comando, em Curitiba. Foi outorgada ao presidente Kfouri, que atuou como bombeiro militar na década de 70, a medalha do Centenário do Corpo de Bombeiros. Outros integrantes do TJ que foram agraciados com a condecoração são os desembargadores, Adalberto Jorge Xisto Pereira, José Augusto Gomes Aniceto e Guilherme Luiz Gomes. Além do desembargador aposentado Frederico Mattos Guedes, o juiz Davi Pinto de Almeida e o Coronel Luiz Rodrigo Larson Carstens.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Flavio Dariva de Resende (1º grau) e Lilian Romero (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 9 a 16 de julho. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba.

09 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR realiza mutirões de conciliação

O Centro de Conciliação e Cidadania do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), coordenado pela desembargadora Denise Kruger Pereira, realiza de 16 a 27 de julho dois mutirões temáticos de Conciliação em processos do Fórum Cível de Curitiba e em apelações que se encontram no Tribunal.

O primeiro, tem início no dia 16 e vai até o dia 20. Solicitado pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) terá a participação das seguintes instituições financeiras: Banco Safra, BV-Financiadora, Citibank, HSBC, Banco Panamericano e Banco Santander. O segundo, acontece entre os dias 23 a 27 com a participação de duas cartelas do Banco Itaú: Unibanco S/A - recuperação de crédito pessoal físico e ações contrárias ao Banco de não correntistas. Participam dos mutirões as 23 Varas Cíveis de Curitiba e estão agendadas 993 audiências.

PEDRO WASHINGTON

TJ-PR EM XEQUE

A decisão do CNJ, obrigando a que os Tribunais de Justiça do país divulguem salários e vantagens de todos os seus servidores, coloca em xeque a decisão adotada pelo Tribunal de Justiça do Paraná que recentemente julgou inconstitucional tal dispositivo na Lei de Transparência Estadual.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB questiona leis que criam cargos comissionados no PR 09 JUL 2012

Conselho considera quantitativo de cargos

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) número 4814, com pedido de medida cautelar, para questionar as Leis 16.390/2010 e 16792/2011, ambas do Estado do Paraná. Essas normas criam, extinguem e transformam cargos efetivos, bem como cargos em comissão, do Poder Legislativo estadual. O ministro Marco Aurélio é o relator da Adin. Assina o texto da Adin o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante.

Para a OAB, as leis instituem na Assembleia Legislativa do Paraná “desproporcional e irrazoável quantitativo de cargos comissionados, especialmente se comparado à quantidade de cargos efetivos realmente providos na mencionada Casa Legislativa”. A entidade da advocacia alega, ainda, que dentre os cargos de comissão criados predominam funções que, a rigor, deveriam ser preenchidas por concurso em razão de sua natureza estar ligada à atividade legislativa, ressaltando que as funções exercidas por servidores titulares dos cargos efetivos extintos pela lei passaram a ser exercidas por cargos de provimento por comissão.

O Conselho Federal da OAB aponta que o número de cargos em comissão criados pela Lei Estadual 16.390/2010 era de cerca de 1.704,

desproporcional e irrazoável

funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Também afirma que, posteriormente, o número de cargos em comissão criados foi alterado pela Lei 16.792/2011 para aproximadamente 1.677.

No entendimento da OAB, conforme a Constituição Federal, deve ser observado o princípio da proporcionalidade para a criação de cargos comissionados, “o que consubstancia o dever de equilíbrio entre o número destes e os efetivos, sob pena, inclusive, de afronta aos princípios da igualdade contidos no artigo 5º, caput, bem como da impessoalidade e da moralidade administrativa, previstos no artigo 37, caput, e incisos II e V, da Carta Magna”.

Ainda de acordo com Conselho Federal da OAB, o Supremo, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 365368, considerou irrelevante o fato de os cargos em comissão serem ocupados nos gabinetes dos vereadores do município de Blumenau (SC) reconhecida, assim, a desproporcionalidade na desmesurada contratação de servidores comissionados. Essa tese, conforme a OAB, também teria sido consagrada pela Corte na análise da ADI 4125.

07 JUL 2012

CARTA CAPITAL

Linha de Frente *Walter Fanganjello Maierovitch*

Supremos momentos

TÊMIS, A DEUSA mitológica da Justiça, sempre desfrutou de grande prestígio. Dante lembrou-se dela no *Purgatório*. Ovídio, na *Metamorfose*, contou em poema épico a solução do oráculo para Pirra e Deucalião povoarem o planeta devastado pelo Dilúvio Universal. Assim, os dois saíram a atirar, sem olhar para trás, pedras que se transformavam, ao tocar o solo, em mulheres e homens, conforme lançadas pelo casal.

A venda nos olhos de Têmis foi colocada por artistas alemães da Idade Média, como lembra o jurista Damásio de Jesus e para simbolizar a imparcialidade. No Brasil, seria melhor termos uma Têmis de olhos bem abertos e com representantes no Supremo Tribunal Federal (STF), com mandato improrrogável de cinco anos. Como ironizou Mario Quintana, o poeta das coisas simples: "A Justiça é cega e isso serve para explicar muita coisa".

A propósito, o STF, nos últimos 40 anos, condenou à pena de prisão fechada apenas um deputado, e ele era do baixo clero: Natan Donatan (PMDB-RO). Em 2 de agosto, começará o julgamento do processo criminal que ficou conhecido por mensalão, com 38 réus, 234 volumes, 495 anexos e 50.119 páginas. Têmis estará lá, entronizada que foi na parte externa da sede do Pretório, com venda nos olhos e de costas para os 11 julgadores.

O nome "mensalão" completou sete anos de idade e restou cunhado pelo então deputado e delator Roberto Jefferson. Refere-se, conforme o Ministério Público Federal em denúncia apresentada e recebida pelo STF, a um esquema de compra, habitual e em dinheiro, de apoio de parlamentares e a envolver crimes de formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas e corrupção ativa e passiva.

Jefferson, um dos réus, admitiu ter recebido 4,5 milhões de reais. Até hoje, ele não declinou, de modo a conferir impunidade, os nomes dos parlamentares do seu partido político e para os quais repassou o dinheiro. Talvez pelo silêncio com relação aos seus, Jefferson, um varão de Plutarco às avessas, mantém-se como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A propósito, ele contou ter embolsado vivos 4 milhões de reais e o restaurante mandou seu motorista buscar no restaurante do Banco Rural.

O ministro Ayres Britto, presidente da Corte excelsa, quebrou lanças para tentar julgar o caso antes de se aposentar em 18 de novembro próximo. No momento, os ministros do STF gozam férias e Britto tentou suspendê-las para poder antecipar o julgamento. Apesar do recesso e movido pela preocupação de uma quase certa falta de tempo para se colher o voto do ministro Cezar Peluso, que se aposenta compulsoriamente em 3 de

setembro, o presidente Britto tenta mudar o cronograma já divulgado. Ele trabalha, junto aos seus pares, para marcar três sessões semanais e apressar a solução final.

De olho num desgaste de adversários em período eleitoral, muitos aplaudem a pressa de Britto. Lógico, se esquecem da lentidão do processo chamado "mensalão tucano". Na verdade, e a Têmis bem sabe, o julgamento açodado compromete o processo justo. A pressa jamais pode ser o objetivo principal em um julgamento.

No caso do "mensalão", os ministros realizaram, sem ouvir os advogados constituídos pelos réus, uma divisão de tempo para a sustentação oral em plenário da Corte e o acusador ganhou prazo maior. Dessa maneira, os ministros transformaram o poder discricionário em puro arbítrio.

Diante desse quadro e com dois ministros impedidos por flagrante parcialidade (Gilmar Mendes e Dias Toffoli), surgirão incidentes processuais que poderão furar o cronograma. E até impossibilitar, pelo decurso do tempo, o voto de Peluso, ainda que se cogite de antecipar o voto, depois dos lançados pelo relator e o revisor.

Nada justifica tal apressamento, e aqui cabe um *data venia* em homenagem a Ayres Britto. Em clima impróprio por pressões e cumulos de interesses variados, o julgamento poderá transmutar-se de técnico para político. O STF, diversas vezes, optou por decisões políticas. Por exemplo, ao decidir pela legitimidade da denominada lei da anistia, aprovada por Parlamento biônico e cunhada pelos militares para garantir a impunidade em face de consumados crimes de lesa-humanidade, os ministros, por maioria e conduzidos pelo voto de Eros Grau, deram uma decisão política, além de canhestra.

Numa apertada síntese, deveria ser esquecida a pressa e se focar no fazer Justiça no melhor dos climas. Peluso, que é homem honrado e que nunca tirou coelho de cartola, deveria pendurar a toga na volta do recesso pela razão de não poder, colhido pela aposentadoria, acompanhar o voto dos demais.

Até o final do julgamento, o julgador pode se retratar diante dos argumentos apresentados nos votos dos demais. Se Peluso votar e cair fora, será vencido, e aqui cabe outro *data venia*, pela soberba. Com dez ministros (contando Mendes e Toffoli) e empate, vai valer o *in dubio pro reo*, pois todos são presumidamente inocentes. ●



Em 40 anos, o STF condenou apenas um parlamentar do baixo clero à prisão. Agora, atoba se para julgar às pressas o caso conhecido como "mensalão".



CARTA CAPITAL

Vox Populi Marcos Coimbra

07 JUL 2012

Os mensalões, um comparativo

POR COINCIDÊNCIA, justamente quando o julgamento do mais famoso “mensalão”, que alguns chamam “do PT”, foi marcado, a Procuradoria-Geral da República encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) sua denúncia contra os acusados de outro, o “mensalão do DEM” do Distrito Federal.

Trata-se mesmo de um acaso, pois a única coisa que os dois compartilham é o nome. Equivocado por completo para caracterizar o primeiro e inadequado para o segundo.

Naquele “do PT”, nada foi provado que sugerisse haver “mensalão”, na acepção que a palavra adquiriu em nosso vocabulário político: o pagamento de (gordas, como indica o aumentativo) propinas mensais regulares a parlamentares para votar com o governo. No outro, essa é uma das partes menos importante da história.

Alguns acham legítimo – e até bonito – empregar a expressão como sinônimo genérico de “escândalo” ou “corrupção”, mas isso só distorce o entendimento. O que se ganha ao usar mal o português? No máximo, contundência na guerra ideológica. Chamar alguma coisa de “mensalão” (ou adotar neologismos como “mensaleiro”) tornou-se uma forma de ofender.

Fora o nome errado igual, os dois são diferentes.

Ninguém olha o “mensalão” de Brasília como se tivesse significado especial. É somente, o que não quer dizer que seja pouco, um caso de agentes políticos e funcionários públicos, associados a representantes de empresas privadas, suspeitos de irregularidades.

Por isso, se o STJ acolher a denúncia, o processo terá tramitação normal. Sem cobranças para que ande celeremente. Sem que seja pintado com cores mais fortes que aquelas que já possui. Sem que se crie em seu torno um clima de “julgamento do século” ou sequer do ano.

É provável que aconteça com ele o mesmo que com outro mais antigo, o “mensalão do PSDB”. Esse, que alguns dizem ser o “pai de todos”, veio a público no mesmo período daquele “do PT”, mas avança em câmera lenta. Está ainda na fase de instrução, sem qualquer perspectiva de julgamento.

Por que o que afeta o PT é mais importante?

A resposta é óbvia: porque atinge o PT. Se os “mensalões” da oposição são tratados como secundários e se outros são irrelevantes (como os que a toda hora são noticiados em estados e municípios), deveria existir no do PT algo que justifique tratamento diferente.

Há quem responda com uma frase feita, tão difundida, quanto vaga: seria o “maior escândalo da história política brasileira”. Repetida como um mantra pelos adversários do

PT, não é substanciada por nenhuma evidência, mas circula como se fosse verdade comprovada.

“Maior” em que sentido? Os recursos públicos movimentados seriam maiores? Mais gente estaria envolvida?

É difícil para quem lê as alegações finais do Ministério Público Federal (MPF) compreender o montante que em sua opinião teria sido desviado e como. O documento é vago e impreciso em algo tão fundamental.

Essa indefinição pode ser, no entanto, positiva: deixa a imaginação livre. Qualquer um pode inventar o valor que quiser.

O “mensalão do DEM”, ao contrário, tem tamanho especificado: 110 milhões de reais. Nele, o MPF não se confundiu com as contas.

Se o critério para considerar maior o petista for a quantidade de envolvidos, temos um curioso empate: dos 40 acusados originais, número buscado pelo MPF apenas por seu simbolismo, restam 37, tantos quanto os denunciados no escândalo de Brasília.

E há diferenças notáveis. No “mensalão do DEM”, os agentes públicos foram citados por desviar dinheiro para enriquecimento pessoal, o que, em linguagem popular, significa roubar. No “do PT”, nenhum.

De um lado, valores certos, acusados em número real, motivações inaceitáveis. Do outro, o oposto.

Quando o procurador-geral declarou que “a instrução comprovou que foi engendrado um plano criminoso para a compra de votos dentro do Congresso Nacional”, esqueceu que nem sequer uma linha de suas alegações o demonstrou. Arrolou 12 deputados (quatro do PT), que equivalem a 2% da Câmara, número insuficiente para sequer presumir que houvesse “um esquema de cooptação de apoio político”, a menos que inteiramente inepto.

No caso de Brasília, nada está fantasiado, é tudo visível, o que não significa que tenha sido provado de forma juridicamente correta.

No fundo, essa é a questão e a grande diferença entre os dois. Quando a hora chegar, o “mensalão do DEM” deverá, ao que tudo indica, ser analisado de maneira técnica. Se o “do PT” o fosse, pouco da acusação se sustentaria.

Tomara que os ministros do STF consigam independência para julgá-lo de maneira isenta, livres das pressões dos que exigem veredictos condenatórios. ●



Há o escândalo do DEM, do PSDB. Por que aquele do PT é mais importante?



07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Desvio de função nos tribunais

Nas investigações que vem promovendo nas Justiças estaduais, a Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) constatou que os tribunais com maiores índices de acúmulo de processos são os que têm grande número de funcionários deslocados de seus cargos.

Segundo o levantamento da Corregedoria, há em todo o País 2.638 serventuários judiciais fora de seus cargos de origem. Centenas de servidores da primeira instância das Justiças estaduais foram deslocados para a segunda instância, sem definição precisa do cargo em comissão ou da função de confiança que passaram a ocupar. O ranking é liderado pelo Tribunal de Justiça de Goiás. A Corte tem 304 funcionários de primeira instância trabalhando em gabinetes de desembargadores e outros 52 serventuários requisitados, sem que suas atribuições sejam conhecidas.

Chefiada pela ministra Eliana Calmon, a Corregedoria Nacional de Justiça também constatou que 581 servidores judiciais foram transferidos para cargos comissionados e cargos de confiança em prefeituras, governos estaduais, câmaras municipais, assembleias legislativas, tribunais de contas e órgãos da administração indireta. Mais grave ainda, do total de funcionários da Justiça lotados nos Poderes Executivo e Legislativo, pelo menos 363 continuam recebendo seus vencimentos dos tribunais onde são funcionários de carreira.

Assim, mesmo não prestando serviços para o Poder Judiciário, o ônus do pagamento de seus proventos cabe ao Tribunal. Segundo o levantamento da CNJ, o Tribunal de Justiça de Pernambuco mantém 201 servidores à disposição do Executivo e do Legislativo estaduais, dos quais 165 com ônus para a Corte. Maior corte do País, com 360 desembargadores, o Tribunal de Justiça de São Paulo tem 16 serventuários de primeiro grau em cargos comissionados e funções de confiança no segundo grau. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo é o único que não tem servidores de primeira instância deslocados para outros Poderes.

“O desvio é impressionante e penaliza a primeira instância. Vou propor o remanejamento desses cargos e a instauração de procedimento de controle para exame dos atos administrativos que deram origem aos desvios funcionais”, afirma a ministra Eliana Calmon. Prestes a concluir seu mandato à frente da Corregedoria Nacional de Justiça, ela vai sugerir ao Conselho Nacional de Justiça que estabeleça o prazo de 30 dias para que as Justiças estaduais regularizem a situação.

Segundo Calmon, o ônus financeiro imposto aos tribunais é apenas um dos lados do problema. O outro lado é a falta que os serventuários judiciais desviados fazem para o bom funcionamento das varas de primeira instância – justamente as que man-

têm o contato direto com quem procura a Justiça para defender seus direitos ou dirimir litígios.

Todas as vezes que reivindicam aumento nas verbas orçamentárias, os presidentes dos Tribunais de Justiça alegam que a falta de servidores em número adequado é um dos fatores responsáveis pelo congestionamento das primeiras instâncias. Em média, para cada 100 processos no primeiro grau, 64,9 estão com a tramitação atrasada. No segundo grau, o índice de congestionamento cai para 48,2.

Pelo levantamento da CNJ, o Tribunal de Justiça do Piauí – que tem 46 serventuários de primeira instância ocupando cargos comissionados ou exercendo funções de confiança nos gabinetes dos desembargadores e outros 23 à disposição do Legislativo e do Executivo – lidera o ranking de congestionamento na base, com uma taxa de 84,2. Já no segundo grau, o índice é próximo de zero. Trata-se de uma “aberração”, diz a corregedora nacional de Justiça, uma vez que, para agilizar o serviço no segundo grau, os desembargadores piauienses comprometeram o bom funcionamento do primeiro grau.

Para resolver o problema em caráter definitivo, explica a corregedora nacional de Justiça, é preciso acabar com as prerrogativas dos desembargadores – o que pode levar a mais um embate do CNJ com a cúpula da magistratura estadual. “Estou mexendo com uma cultura enraizada nos tribunais. Mas alguma coisa precisa ser feita”, diz Calmon.

07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Em MT, 90% dos magistrados receberam acima do teto

Folha de abril mostra que valores variaram de R\$ 27 mil a R\$ 68 mil; tribunais terão de informar remunerações

No Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a folha salarial de abril divulgada na internet mostra que, de um total de 370 magistrados ativos e inativos, inclusive pensionistas, 322 (quase 90% deles) receberam valores acima do teto constitucional, que é de R\$ 26,7 mil, o equivalente ao que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal. Os valores variaram de R\$ 27 mil a R\$ 68 mil, recebido por um desembargador.

Em Sergipe, o quadro se repete e 190 magistrados aparecem na folha de janeiro com salário acima do teto. O maior deles, pago a um desembargador, somou R\$ 118.529,02. Entre os servidores, 15 marajás faturaram entre R\$ 27 mil e R\$ 52 mil. Em São Paulo, a folha de janeiro mostra 381 com vencimentos entre R\$ 27 mil e R\$ 52 mil. Em Rondônia, 42 magistrados, de um total de 131, também registraram valores acima do permitido. No Acre, a folha divulgada não registra valores acima do teto.

A situação desses tribunais não é tão grave como a de Brasília, onde um desembargador recebeu R\$ 230 mil no mês de maio e mais de 400 pessoas estavam acima do teto, 76 delas com valores acima de R\$ 100 mil, entre as quais um analista, que embolsou R\$ 182 mil. Mas confirma o descalabro que tomou conta da quase totalidade dos tribunais de Justiça dos Estados, que terão de dar publicidade à remuneração dos seus servidores, por força da Lei de Acesso à Informação, regulamentada em maio.

Os tribunais informaram que os valores acima do teto foram explicados e alguns salários se descolaram da média quando o titular tinha direito a vantagens eventuais, como abono de férias, indenizações, antecipações de férias e gratificações natalinas, extras e pagamentos retroativos, além de ressarcimento de causas trabalhistas. Nessas situações, a lei permite a que se ultrapasse o teto algum mês.

Nomes. Dos 27 tribunais estaduais, apenas 6 (Acre, Distrito Federal, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo e Sergipe), colocaram em suas páginas eletrônicas a estrutura de remuneração, mas sem citar os nomes dos titulares, conforme levantamento feito pelo Estado. Os demais vêm driblando a lei e colocaram apenas o valor básico do cargo, sem os penduricalhos que engordam o contracheque em até cinco vezes ou mais.

Alguns não colocaram nem isso, ou ofizeram de forma tão dissimulada na internet que é impossível acessar.

A partir de agora, o cerco se aperta contra todos, conforme prevê a Resolução 151 do CNJ, publicada ontem no *Diário de Justiça*, dando prazo até o dia 20 de julho para todos se adequarem às novas normas. Os seis que já publicaram os valores terão de identificar os titulares, sejam servidores ou magistrados. Todos os 27 terão de divulgar, além da remuneração base, as vantagens, subsídios, indenizações e diárias recebidas. O documento altera a Resolução 102 do conselho, que desde 2009 regulamenta a publicação das informações relativas à estrutura remuneratória do Judiciário nos portais de transparência das cortes.

CONTINUA

07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

R\$ 68 mil

recebeu um desembargador
do Tribunal de Justiça
de Mato Grosso no mês
de abril, valor bem acima
do teto constitucional,
que é de R\$ 26,7 mil

07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

MP pede indenização de R\$ 20 mi por violência da GCM contra morador de rua

Promotoria de Direitos Humanos quer fim das abordagens a sem-teto por guardas-civis; Prefeitura diz que não foi notificada, mas nega truculência

Agressão a moradores de rua. Incapacidade ou desinteresse em dar encaminhamentos sociais depois das abordagens à rede de assistência. Inconstitucionalidade da lei municipal que estabelece aos guardas-civis a tarefa de lidar com moradores em situação de rua. Com esses argumentos, promotores ingressaram com uma ação para tentar impedir que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo continue trabalhando com a população de rua. E pediram indenização de R\$ 20 milhões.

Metade do dinheiro, segundo o pedido da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos da Capital, seria destinada a um fundo de interesses difusos para reparação a danos morais coletivos da população de rua. A outra metade seria concedida individualmente aos moradores de rua que entrassem com ações individuais e comprovassem danos decorrentes de abordagens dos guardas municipais.

“O trabalho com moradores de rua exige criação de vínculo, capacidade de dialogar. Isso é trabalho de assistente social, não de polícia”, defende o promotor de Direitos Humanos Alexandre Marcos Pereira. “O trabalho que a Guarda Municipal vem fazendo é de higienização.”

Segundo o promotor, a ação foi feita a partir de inquérito civil que apurou a atuação da GCM em São Paulo. A investigação teve início com uma reportagem

Foi apurado que a GCM tem um sistema de monitoramento por câmeras na região central da cidade voltado para a retirada de sem-teto. Segundo depoimento de dois guardas-civis, caso eles não retirem os moradores desses pontos, acabam sendo punidos pela corporação.

Entre esses pontos onde é “proibida” a permanência de moradores de rua está o circuito das autoridades, que inclui os prédios do Tribunal de Justiça, Ministério Público do Estado, Prefeitura, Pátio do Colégio e Fórum João Mendes.

Maldade. No centro da cidade, histórias de abusos de guardas-civis são comuns. Há oito meses na rua, Pedro Fabrício, por exemplo, reclama que no inverno a truculência é ainda mais dramática. Cobertores doados por entidades assistenciais são recolhidos e jogados em caminhões. “Eles chegam pegando nossas coisas. Quando está em cima do caminhão, pode esquecer. Já era.”

Outro morador de rua, Mario Celso de Araújo, diz que o problema é maior porque documentos também são recolhidos e extraviados. “Perdi minha identidade porque um GCM jogou fora.”

A diretora-geral do Centro Acadêmico 11 de Agosto, Julia Cruz, conta que testemunhou uma dessas abordagens truculentas na semana passada. GCMs levavam o cobertor de um grupo que estava na frente da Faculdade de Direito de Marília

no Largo São Francisco. Eles tentaram resistir e acabaram presos. Um deles apanhou dos guardas municipais.

“Na delegacia, iam mandar o pessoal fazer exame de corpo de delito. Mas o próprio GCM ia levar. Conseguimos impedir a ilegalidade”, diz.

Procurada pela reportagem, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - responsável pela GCM - diz que ainda não foi notificada da ação, mas nega truculência e diz que denúncias de agressão são sempre apuradas e punidas pela Corregedoria da Guarda.

PONTOS-CHAVE

GCMs lidam com população de rua há 2 anos

● Locais impróprios

Portaria de abril de 2011 determinou que cabe à GCM “contribuir para evitar a presença de pessoas em situação de risco nas vias e áreas públicas”.

● Orientação

Na época, o secretário municipal de Segurança Urbana, Edson Ortega, disse que os guardas eram treinados a dar encaminhamento social à população de rua.

52,8%

dos moradores de rua dizem que foram vítimas de violência, por agentes públicos ou não.

O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

Verdade apaziguadora

07 JUL 2012

Conforme a Lei Federal n.º 12.528, a Comissão da Verdade tem por objeto esclarecer os fatos violadores de direitos humanos praticados durante o regime de exceção, revelando a autoria e as circunstâncias dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado. Logo em seguida à criação da comissão surgiu o debate acerca do âmbito de seus trabalhos, discutindo-se se caberia levantar também as condutas de ação armada praticadas pelos opositores do regime ditatorial.

Não me parece ser essa a missão atribuída pela lei, pois restrita a sua finalidade ao esclarecimento dos atos praticados com abuso de poder, mesmo porque as ações violentas realizadas pelos integrantes dos movimentos armados, como ALN, MR-8, POC, VAR-Palmares, estão registradas nos autos dos inquéritos e processos penais instaurados. O que se pretende resgatar é a verdade do ocorrido nos porões, tarefa apenas em parte realizada pela Comissão de Mortos e Desaparecidos – que presidi de 1995 a 2001 –, ao elucidar algumas das circunstâncias das violências oficiais, muitas vezes com indicação dos responsáveis pela tortura ou daqueles que encenaram conflitos para justificar o assassinato de suspeitos. Esses dados constam do livro *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, de 2007.

A reconstrução histórica e a revelação da autoria das barbáries praticadas entre quatro paredes sob a proteção do Estado é que devem vir a lume. Há uma grande diferença entre a violência armada dos adeptos dos movimentos contestadores do regime e a violência dos agentes

É preciso que se saiba como os desaparecidos foram mortos e onde estão os seus despojos

Os militantes da esquerda armada arriscavam a vida, dominados por um ideal que os fazia desprezar a evidente desproporção de forças entre as suas organizações e o aparato militar. Agiam com vista à obtenção de uma ordem social, a seu ver, mais justa, mas corriam sempre imenso risco de perecer nesse confronto. Os agentes do Estado atuavam em defesa de um regime de exceção restritivo da liberdade política e certos da impunidade pela violência praticada, sem receio de serem responsabilizados pelas mortes e pelos sofrimentos causados pela tortura. De um lado, a coragem de se expor contra a estrutura policial-militar; de outro, a segurança do acobertamento pelo próprio órgão governamental que deveria zelar pela integridade física do prisioneiro.

Cumprir ser desfeito o apagamento dessas ações ilícitas, mesmo que a responsabilidade penal não se instaure, por força da anistia de 1979. Não existe, graças à anistia, o direito ao esquecimento: se não cabe exercer o direito de punir, há, todavia, o de buscar e revelar a verdade.

A verdade que mais dói não vir à tona é a das circunstâncias da morte dos desaparecidos e do paradeiro de seus corpos. Perdura o desassossego, fica um vazio enquanto se desconhece como se deu a morte e onde está o corpo da pessoa amada. Saber onde está o corpo atende a um natural sentimento de respeito à pessoa querida para se completar o reconhecimento do fim do seu ciclo de vida e poder prestar-lhe as homenagens, tal como Antígona

Em 2001 levei em mãos do ministro da Defesa ofício em que assinalava o conhecimento pelas autoridades militares e policiais do destino dos corpos dos desaparecidos. Transcrevo a seguir parte desse ofício.

“Venho solicitar a cooperação de Vossa Excelência para que sejam disponibilizados a esta Comissão Especial, os registros que constam nos arquivos políticos existentes, a fim de que seja possível extrair informações que possam levar a indícios dos locais de sepultamento dos desaparecidos políticos durante o regime militar”. A Lei 9.140/95, em lista anexa ao texto, reconheceu o desaparecimento de 136 cidadãos, sendo que a Comissão Especial incluiu outros. Desse total, apenas 3 corpos foram resgatados pelos seus familiares, através de informações por eles mesmos coletadas: Luiz Eurico Tejera Lisboa, Denis Casemiro e Maria Lúcia Petit da Silva.

“Citamos, exemplarmente, o caso de Ruy Carlos Vieira Berbert, do qual os familiares não tinham sequer a data ou o provável local de desaparecimento no país, e que foi localizado, morto em Natividade (GO), a partir de exame em documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, em listagem elaborada para ser entregue ao Dr. Romeu Tuma (anexo 1). Apesar de não ter sido possível encontrar, no cemitério local, os restos mortais, os familiares puderam saber onde e como fora morto, e por qual nome havia sido enterrado. Levando-se em conta que o governo e os ministros militares têm, sistematicamente, negado a existência de arquivos sobre o tema, anexamos

07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Relatórios dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica (anexo 2) foram elaborados em 1993, a pedido do então Exmo. Ministro da Justiça Maurício Corrêa, e contém informações produzidas até 1992. Partindo da premissa de que não há uma lista indicando os locais de morte e sepultura, mas de que os relatórios assumem a prisão de alguns dos desaparecidos e contêm datas de morte posteriores às denunciadas pelos familiares, é fundamental que se possa examinar os documentos que originaram tais informações, a fim de buscar-se, nas entrelinhas, maiores informações, tal como foi feito no caso de Ruy Carlos, acima citado”.

A resposta a esse ofício foi igualmente no sentido da inexistência de informes reveladores de indícios necessários ao encontro dos corpos. Agora, passados mais de dez anos desse ofício, e após tantas expedições ao Araguaia ao longo de 16 anos, com resultados parcos, espera-se que perante a Comissão da Verdade não se esconda a verdade, pois o apaziguamento dos espíritos exige que se saiba como foram mortos os desaparecidos e onde se encontram os seus despojos, para que recebam a homenagem dos familiares e amigos.

●
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(USP), MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

07 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Falta de banheiro rende R\$ 8 mil

O Banco do Brasil foi condenado a pagar indenização por danos morais de R\$ 8 mil a um correntista que foi impedido de usar o banheiro de uma agência na zona leste da capital. Segundo Jonas de Paula Cruz, advogado da vítima, seu cliente teve um problema intestinal enquanto aguardava na fila para receber a aposentadoria. Ele procurou um segurança do estabelecimento para saber onde ficava o sanitário, mas foi informado de que não poderia utilizá-lo, pois estava interditado.

Embora tenha insistido com o vigilante e outros funcionários, pedindo até para usar o sanitário dos funcionários, o aposentado de 70 anos não obteve êxito. Na ação, Cruz escreveu que o forte impulso fisiológico fez o idoso não conseguir “sair do banco para procurar um banheiro público próximo”, o que o levou a evacuar, “tendo de baixar a calça e fazer no próprio chão da agência”, diante dos demais correntistas e funcionários da agência.

Para agravar a situação, a Polícia Militar teria sido acionada e o aposentado acabou repreendido pelos policiais. Na versão da defesa do Banco do Brasil, os agentes haviam sido requisitados à agência para atender a outra ocorrência. “Foi um vexame. O segurança o impediu de entrar, ele tentou correr para uma porta onde achava que estava o banheiro, mas ela estava trancada. Ele parou ali mesmo, no salão do banco e, para não fazer nas vestes, baixou a calça.”

O episódio aconteceu em janeiro do ano passado na agência da Rua Arlindo Colaço, em São Miguel Paulista. Mas a decisão da Justiça só saiu no fim de junho. Na sentença, o juiz Fábio Henrique Falcone Garcia, da 3.ª Vara Cível do Fórum Regional de São Miguel Paulista, disse que

“qualquer um que já passou por essa espécie de disfunção sabe que há situações em que não é possível controlar o intestino”. Por isso, o banco “falhou ao não manter banheiro disponível a seus clientes”.

Código de Obras. Falcone Garcia também argumentou que o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, instituído em 1992, prevê que toda edificação não residencial na capital paulista deve dispor, no mínimo, de uma instalação sanitária para cada sexo, distante no máximo 50 metros de distância de qualquer ponto. “O descumprimento dessa ululante obrigação constitui falha grave e, no caso, resultou em constrangimento indenizável.”

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Empresário é preso por matar coronel da PM

Foi preso na noite de anteontem o empresário Fábio Bezerra. Em 2004, ele matou o tenente-coronel Paulo Roberto Zacarias Cunha, comandante do 17.º Batalhão da PM, de São José do Rio Preto. Em 2010, Bezerra foi condenado a 20 anos e seis meses de reclusão, recebeu o benefício de recorrer em liberdade, mas, como não reverteu a sentença, teve a prisão decretada. O empresário mantinha relacionamento amoroso com a ex-mulher da vítima, a ex-PM Miriam Senche de Zacarias. Acusada de ser a mandante e de fornecer a arma para o empresário, Miriam responde em liberdade.

SÔNIA RACY

Marca olímpica

Feito inédito de juíza de Guarulhos: 99% de suas sentenças foram reformadas.

Fábio de Souza Santos, da OAB, reuniu sete volumes de

08 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO Promotoria quer fim de bolsa-paletó de vereador

Benefício, que funciona como um extra para parlamentares, já foi extinto na Assembleia

Após derrubar antiga regalia – o auxílio-paletó – concedida pela Assembleia Legislativa de São Paulo a seus 94 deputados, o Ministério Público agora está de olho nas Câmaras municipais em todo o Estado. A promotoria quer identificar Legislativos que pagam o benefício e agir para excluí-lo do contracheque dos vereadores.

A estratégia é fazer inicialmente um levantamento junto às presidências das câmaras dos 644 municípios paulistas e verificar quem está pagando a verba inconstitucional, formalmente chamada ajuda de custo.

O procedimento seguinte será a expedição de uma recomendação para interrupção do desembolso. Em caso de resistência, o caminho poderá ser a Justiça.

Na quinta-feira, o Ministério Público deu o primeiro passo na ofensiva antipaletó. A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital – braço do Ministério Público que investiga corrupção e improbidade –, encaminhou ofício 4.231/2012 ao setor da instituição que coordena as promotorias com atuação na área cível e da tutela coletiva.

O promotor Saad Mazloum, que subscreve o documento, sugere mobilização das Promotorias do Patrimônio Público em todo o Estado para que investiguem se as Câmaras municipais

extraordinária diante desse feito em cascata ao contrário”, ele estima. “A Assembleia Legislativa não paga mais. Todas as Câmaras não podem pagar também.”

Mazloum expediu ainda a recomendação número 1, endereçada diretamente ao Palácio Anchieta, sede da Câmara de São Paulo, a maior do País, com 55 vereadores.

“A concessão da ajuda de custo ora visada carece de sustentação, afigurando-se verdadeira deformação da natureza jurídica do subsídio e, por conseguinte, violação do sistema remuneratório traçado constitucionalmente”, alerta Mazloum.

O promotor assinala que a Câmara “outorgou ajuda de custo aos vereadores, vulgarmente denominada auxílio-paletó, em flagrante descompasso com as imposições normativas que regem a matéria, eis que desvirtuada a natureza indenizatória de referida verba”.

Na sexta-feira, a Câmara informou que já cortou a verba. Ao promotor, a presidência do Legislativo paulistano destacou que suspendeu o benefício dos vereadores logo que a Justiça ordenou à Assembleia que o excluísse do holerite dos deputados.

Famigerada. Segundo o promotor, informações oficiais da Câmara paulistana “indicam que a

exarada pela Assembleia Legislativa em relação aos benefícios concedidos dos deputados”.

O promotor recomendou à Câmara que “se abstenha de conceder a denominada ajuda de custo aos vereadores paulistanos ou de agregar ao subsídio qualquer outra parcela remuneratória que a ela se assemelhe”.

Ele pondera que a Câmara deve observar estritamente a disposição constitucional do artigo 39, parágrafo 4.º, regra que determina que os subsídios concedidos aos vereadores materializam-se em parcela única, vedando quaisquer acréscimos ou adições suplementares.

Mazloum adverte que a concessão da verba “desnatura o sistema remuneratório traçado pela Carta, atentando contra a moralidade administrativa”. Ele destacou que “o Judiciário proclamou a injuridicidade de verba idêntica concedida pela Assembleia Legislativa”.

O fim do paletó dos deputados foi decretado em maio pelo juiz Luís Fernando Camargo de Barros Vidal, da 3.ª Vara da Fazenda Pública. Ele condenou a Mesa da Assembleia a abster-se do pagamento do auxílio.

SAAD MAZLOUM
PROMOTOR

“A economia para o erário deverá ser autorizada”

08 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Auxílio vira 14.^o e 15.^o salários

O auxílio-paletó é pago, geralmente, em parcelas. Cai na conta dos parlamentares duas vezes ao ano, no início e no encerramento de cada sessão legislativa, independentemente da prática de qualquer ato ou despesa do parlamentar que a justifique.

O valor da parcela corresponde ao subsídio mensal do político. Na prática, o paletó representa uma espécie de 14.^o e 15.^o salários.

A recomendação do Ministério Público tem amparo no artigo 130-A da Constituição e no artigo 6.^o da Lei Complementar 75/93 (Lei Orgânica do MP). O agente público que a ignora pode ser acionado judicialmente por improbidade se seu gesto implicar prejuízo ao Tesouro.

09 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça cancela leilão de prédio do Hospital Sorocabana

Por pouco, moradores da Lapa, na zona oeste, não perderam o Hospital Sorocabana. Na semana passada, o prédio, que estava inativado desde setembro de 2010, foi colocado na lista de leilões públicos pela 80.^a Vara Trabalhista de São Paulo. O leilão seria realizado no dia 12, próxima quinta-feira, mas foi cancelado. O Tribunal Regional Trabalhista (TRT-2) afirma, por meio de sua assessoria de imprensa, que está aguardando a solução de uma ação de reintegração de posse movida pelo Estado.

Segundo o TRT-2, o dinheiro arrecadado pelo leilão seria destinado ao pagamento de dívidas trabalhistas da Associação Beneficente Hospitais Sorocabana (ABHS), que geriu o hospital até 2010. A única reclamante da ação é Lucia Helena da Conceição Tomas, que deve receber R\$ 297.727,00 da ABHS. O imóvel foi avaliado em R\$ 36 milhões e o lance mínimo seria de R\$ 14,4 milhões.

O Sorocabana foi construído em 1955, em terreno cedido pelo Estado à ABHS. Em setembro, o Tribunal de Justiça reintegrou o hospital ao poder público. No início deste ano, o Estado cedeu o local à Prefeitura por 20 anos. Procurada, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) afirmou que está estudando o caso para tomar providências.

No início de junho, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) inaugurou no espaço do antigo pronto-socorro duas unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA): uma 24 horas e outra de Especialidades. Segundo a descrição do imóvel feita no prego judicial, as AMAs seriam incluídas no lote leiloado. O projeto da Prefeitura inclui reabertura do hospital para internações. Em janeiro, quando o prédio foi municipalizado, a SMS afirmou

O ESTADO DE S. PAULO

Bruno e Macarrão tinham caso,

diz defesa 9 JUL 2012

Relacionamento gay é usado como explicação para carta em que ex-goleiro do Flamengo pede a amigo de infância que assuma assassinato de Eliza Samudio

A carta na qual o goleiro Bruno supostamente pede ao amigo Luiz Henrique Romão, o Macarrão, para assumir a morte de Eliza Samudio, publicada pela revista *Veja* desta semana, mostra, na verdade, um relacionamento homossexual entre os dois. Foi o que disse ontem ao Estado o advogado do goleiro, Rui Pimenta.

Bruno e Macarrão estão presos há dois anos, acusados de envolvimento no sequestro, cárcere privado e assassinato de Eliza, que tinha um filho com o ex-jogador do Flamengo.

Na carta, Bruno diz ao amigo que, depois de conversar com os advogados, eles chegaram à conclusão de que "a melhor forma para resolvermos isso é usando o plano B". De acordo com a *Veja*, o plano A seria negar o crime e o B, Macarrão assumir a culpa para livrar o goleiro da prisão.

"Naturalmente, pela masculinidade dele, um gladiador, eu entendo que o relacionamento entre eles existia. Eu levo a carta para esse lado, ele queria terminar essa relação", disse Pimenta.

O advogado lembra de um outro trecho da reportagem, na qual mensagens de texto escritas por Eliza, anexadas ao processo, revelam a existência de um vídeo que arrasaria a reputação de Bruno. Ela, Macarrão e Bruno participariam de orgia no vídeo.

O advogado disse que vai se encontrar com Bruno hoje na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, para saber se ele realmente escreveu a carta. "Eu respiro nesta carta um relacionamento bem íntimo entre os dois e a revista errou ao dar interpre-

tação diversa", disse.

O documento já está em poder das autoridades. A acusação já anunciou que vai pedir que o texto seja anexado ao processo como mais uma prova do envolvimento do goleiro e seu amigo no crime. Bruno, o primo dele, Sérgio Rosa Sales, e o amigo Macarrão foram pronunciados por homicídio, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver. O ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, é acusado de ser o executor de Eliza.

A defesa já mudou de versão várias vezes. Primeiramente, negou a morte. Agora ganha força a tese de culpar Macarrão. Ontem, Pimenta disse que "esse era um caso claro de amor".

...Conversamos muito e eles acham que a melhor forma de resolver isso é usando plano B...

...Eu sinceramente nunca pediria isso a você. Mas não temos que pensar em nós somente..."

TRECHOS DA CARTA

Você mesmo disse para mim que, se precisasse, você ficaria aqui e era para mim nunca me abandonar, então, irmão, chegou a hora...

O ESTADO DE S. PAULO

**PSDB e Serra
são multados
em R\$ 100 mil**

09 JUL 2012

O PSDB e seu candidato à Prefeitura de São Paulo, José Serra, foram multados em R\$ 50 mil cada um por propaganda antecipada. Os tucanos são acusados de uso irregular de sua propaganda partidária na TV e no rádio, em junho, para promover a candidatura antes do prazo permitido.

Serra teria sido beneficiado por anúncios veiculados no dia 22 de junho, em que o PSDB fazia um convite para a convenção que confirmaria a candidatura. “Vamos eleger José Serra candidato a prefeito de São Paulo”, dizia o locutor dos anúncios. Na TV, era exibido o texto “Vamos juntos escolher Serra”.

A juíza Carla Themis Lagrotta Germano considerou procedentes três representações enviadas pelo PT e pelo PMDB contra a propaganda Tucana. A magistrada afirma que o uso das expressões “eleger” e “escolher” representa uma “comunicação subliminar de que o político representado pretende captar simpatia e votos do eleitorado antes mesmo que outros possam apresentar-se como candidatos”.

A punição também se baseia na imagem de uma urna eletrônica, exibida na propaganda da TV, “com a apresentação de um dedo apertando a tecla ‘confirma’, fazendo, por óbvio, alusão inequívoca à eleição que será disputada por José Serra”.

O PSDB vai recorrer da decisão. “Era uma convocação para uma eleição interna, em que os convencionais precisavam votar”, afirmou o advogado do partido, Ricardo Penteado.

É a terceira vez que Serra e o PSDB são punidos por propaganda antecipada nestas eleições. Por “reiteração de conduta ilícita”, a juíza aplicou a multa máxima por propaganda antecipada – R\$ 25 mil para cada um pela propaganda na TV e R\$ 25 mil para cada um pelo anúncio no rádio.

• **Punição**

R\$ 5 mil

é o valor mínimo previsto em lei para multas por propaganda antecipada

07 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Excesso de comissionados na Assembleia vai ao STF

INCHAÇO

Dos 1.866 funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná, 1.390 são comissionados.

Para cada servidor concursado da Assembleia, há quase três comissionados. Veja onde estão lotados:

Gabinetes dos deputados	782
Administração/Mesa Executiva/Diretorias	436
Comissões	55
Lideranças/Blocos	115
Corregedoria	2
Comissionados (total)	1.390
Efetivos	476
Total	1.866

Fonte: Assembleia Legislativa. Dados atualizados em 5 de julho.

OAB entrou com uma ação no Supremo questionando a validade de leis que criaram 1.677 cargos de livre nomeação para o Legislativo estadual

| Rosana Félix e Felipe Anibal

O grande número de cargos comissionados da Assembleia Legislativa do Paraná — quase o triplo da quantidade de servidores efetivos — vai ser analisado no Supremo Tribunal Federal (STF). O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo questionando a validade de duas leis estaduais, aprovadas em 2010 e 2011, que criaram 1.677 vagas comissionadas na Assembleia Legislativa.

Ordem, o número de cargos em comissão criado é “desproporcional e irrazoável”.

Na ação, a OAB alega que predominam, entre os cargos comissionados criados, funções que, a rigor, deveriam ser preenchidas por meio de concurso público. Atualmente, o Legislativo paranaense tem 1.866 funcionários, dos quais 1.390 são comissionados. Os servidores efetivos somam apenas 476.

O pedido da OAB é embasado em uma decisão de 2011 proferida pelo próprio STF, sobre a Câmara de Vereadores de Blumenau (SC). Na ocasião, a corte entendeu que o quadro de comissionados não pode ser superior ao de efetivos.

Além de pedir que as leis que estabelecem os cargos comissionados na Assembleia sejam declaradas inconstitucionais, o Conselho da OAB solicita que o STF estabeleça um prazo máximo de um ano para que os servidores comissionados sejam substituídos por concursados. O estatuto

A Ordem avalia que devam existir cerca de 2,2 mil cargos de comissão e menos de 500 efetivos na Assembleia Legislativa. O desequilíbrio entre o número de comissionados e efetivos afronta, segundo os autores da ação, os princípios da igualdade, impessoalidade e moralidade administrativa.

A seccional da OAB no Paraná, que encaminhou o pedido de Adin ao Conselho Federal, começou a questionar o número de comissionados da Assembleia após a divulgação da série de reportagens Diários Secretos, produzida pela *Gazeta do Povo* e pela RPC TV em 2010. A série revelou, entre outras irregularidades, a prática de contratação de funcionários fantasmas ou de laranjas para desviar recursos públicos.

Depois das reportagens, a Assembleia reduziu a quantidade de comissionados nas áreas administrativas. “Ainda que tenha ocorrido essa redução, subsiste um número altíssimo de cargos de livre nomeação dos deputados. Ao nosso ver, isso não serve ao interesse público e apenas sustenta politicamente os parlamentares”, afirmou o presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb.

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB) foi procurado pela

07 JUL 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Subsiste um número altíssimo de cargos de livre nomeação dos deputados. Ao nosso ver, isso não serve ao interesse público e apenas sustenta politicamente os parlamentares.”

José Lúcio Glomb, presidente da OAB-PR.

SEM CONCURSO

OAB critica número de indicações políticas em outras instituições

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, estendeu as críticas sobre o número de comissionados no Legislativo aos demais poderes. Em junho, a Assembleia Legislativa aprovou dois projetos de lei garantindo a contratação de comissionados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e pelo Ministério Público Estadual (MP).

Foram criados 220 cargos comissionados para o Judiciário, uma medida que eleva os gastos do órgão em cerca de R\$ 5,6 milhões. Para o MP, que tem questionado o alto número de funcionários sem vínculo efetivo nos legislativos municipais do Paraná, foram criadas 180 vagas comissionadas. Segundo a recomendação

dos promotores, os órgãos devem ter, no máximo, 50% de comissionados. Com os 180 cargos criados, o Ministério Público passará a ter 786 concursados e 726 comissionados. Na justificativa, o MP sustenta que precisa de assessores técnicos para aprimorar o atendimento, e que a contratação de pessoal por concurso geraria um custo muito alto aos cofres públicos.

“Infelizmente há um entendimento, equivocado, de que o comissionado produz mais, pois não tem estabilidade e é bastante cobrado. Mas o concurso público é o caminho ideal, pois seleciona as melhores pessoas para a função”, declarou Glomb. Para ele, os órgãos devem priorizar as funções gratificadas, pelas quais os efetivos recebem um adicional por exercer cargo de confiança.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Pedido recusado 07 JUL 2012

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou ontem o mandado de segurança do vereador João Cláudio Derosso (foto), ex-presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, para impedir a posse da suplente do PSDB Maria Goretti Lopes. Ela requereu a vaga de Derosso na Câmara após ele pedir desfiliação do partido em maio para evitar a ameaça de expulsão da legenda por conta das denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade do Legislativo municipal. A ministra entendeu que não é competência no TSE julgar o caso e disse que o mandado de segurança deve ser apresentado ao TRE-PR. Esse é o segundo recurso de Derosso rejeitado pela Justiça Eleitoral. Na quinta-feira, o juiz eleitoral Luciano Carrasco já havia negado ao vereador a manutenção do mandato no processo de infidelidade partidária. A posse de Maria Goretti está marcada para hoje.



Antônio Costa/Gazeta do Povo

Conversa afiada

O deputado Cleiton Kielse (PMDB) acusou nesta semana outros parlamentares de receberem vantagens para beneficiar empresas de pedágio. O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), quer que o peemedebista apresente ao Conselho de Ética provas e nomes que confirmem a sua acusação.

O senhor pretende voltar atrás em suas declarações?

Eu não volto atrás, digo e repito com toda a veemência. Nós vamos mostrar porque as coisas [que envolvem empresas de pedágio] não andam na Assembleia.

Então o senhor vai apresentar o nome dos deputados que seriam beneficiados pelas empresas de pedágio?

Nós vamos apresentar os nomes e a forma como beneficiaram as empresas de pedágio e como foram beneficiados. Estou levantando todos os que tiveram, de alguma forma, participação financeira. Muitos são parentes [de donos de empresas de

André Nascimento/Alep



07 JUL 2012

GAZETA DO POVO

MPF pede efetivo para Guaíra

Procurador da República solicita à União 10 delegados, 10 peritos criminais, 90 agentes, 12 escrivães e 4 papiloscopistas

FOZ DO IGUAÇU

Denise Paro, da sucursal

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública contra a União para aumentar o efetivo da Polícia Federal (PF) em Guaíra, Oeste do estado. A cidade, situada nos limites com o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, tornou-se epicentro da criminalidade nos últimos cinco anos depois que o contrabando espalhou-se pela Costa Oeste paranaense. Em apenas uma semana, um só delegado chega a atuar em 12 flagrantes. Esse número está bem acima da média de alguns municípios paranaenses de maior porte, de dois flagrantes.

A ação é de autoria do procurador da República em Umuarama, Robson Martins. Com base na de-

a Delegacia da PF tenha no mínimo 10 delegados, 10 peritos criminais, 90 agentes, 12 escrivães e 4 papiloscopistas, uma realidade bem diferente da atual.

Hoje, a PF de Guaíra conta com 5 delegados, 5 peritos, 11 escrivães, 34 agentes e nenhum papiloscopista. Eles atendem a 32 municípios da região. Os policiais não ganham adicional de fronteira e, com o tempo, a maioria pede transferência para outras cidades. A média de permanência dos agentes é de três anos. O custo de vida no município, onde o aluguel de uma residência de padrão médio custa cerca de R\$ 1,2 mil, padrão alto para o interior, também pesa na decisão dos policiais de não se fixar na fronteira.

Vigilados

Martins conta que, por serem em pequeno número, os policiais chegam a ser vigiados pelos contrabandistas na cidade. "Eles sabem a hora em que o policial sai de casa e pega a viatura para trabalhar", afirma.

O procurador, que também é autor de uma ação que resultou na instalação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Guaíra,

armas, mercadorias e remédios. Ele diz que o movimento da criminalidade aumentou nos últimos cinco anos, após a reforma da aduana de Foz do Iguaçu e o consequente reforço na fiscalização. Para ele, a melhoria na vigilância em Guaíra teria reflexo em outras cidades brasileiras abastecidas por drogas e contrabando transportados na região.

A ação foi feita com base em um ofício da própria PF. Os policiais alegam dificuldade para exercer o serviço na cidade, que envolve o patrulhamento de parte dos 170 quilômetros do Lago de Itaipu, que vai até Foz do Iguaçu, o Rio Paraná, a Ponte Ayrton Senna e as BRs - 163 e 272. Somado ao trabalho de investigação há atividades relacionadas à emissão de passaportes e serviços de imigração.

Trâmite

A ação será apreciada pela Justiça de Guaíra, que deve dar um parecer até a próxima semana. Enquanto a decisão não é tomada, o governo alega que investe em concurso para contratação de policiais. Neste ano, já foi realizado um concurso voltado para agentes e papiloscopistas. Em breve, ou-

07 JUL 2012

GAZETA DO POVO

» POLEMICA

Lei que obriga alunos a rezar é alvo de inquérito

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) recomendou, ontem, que a Câmara Municipal de Apucarana, no Norte do estado, não aprove a chamada "Lei do Pai-Nosso", que obriga estudantes da rede municipal de ensino a rezarem a oração Pai-Nosso no início das primeiras aulas de cada período. O MP também instaurou inquérito civil para investigar o caso, alegando a inconstitucionalidade da nova lei.

De acordo com a Promotoria de Justiça de Apucarana, o projeto fere a Constituição Federal, "que garante liberdade de consciência, crença e culto", segundo o MP. Na opinião do promotor de Justiça André Bortolini, responsável pelo inquérito, a lei não respeita a laicidade do Estado, que exige respeito a todos os credos. Além da recomendação administrativa, os promotores devem ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso o projeto vire, de fato, lei.

O projeto de lei que pretende instituir a oração teve a votação em segundo turno adiada na última segunda-feira para a próxima semana.

Justiça nega pedido de Procuradoria para anular Sisu

A Justiça Federal no Ceará negou pedido do Ministério Público Federal (MPF) no estado para suspender os resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do segundo semestre de 2012. O MPF pediu a anulação do processo seletivo justificando que as 30 mil vagas oferecidas deveriam ser distribuídas aos alunos que se inscreveram no Sisu do início do ano e não foram selecionados na ocasião. O órgão levantou ainda a hipótese de que alunos já aprovados no Sisu do primeiro semestre estivessem concorrendo novamente para favorecer um esquema de comercialização de vagas em universidades públicas. De acordo com a decisão da juíza federal Elise Frota, as provas apresentadas pelo MPF não são suficientes "para acolher o pleito".

COLUNA DOS LEITORES

Divulgação de salários

A discussão sobre divulgação tem se centrado no TJ porque foi o único a se posicionar contra. É necessário que a imprensa questione órgãos federais no Paraná, como o TRE e TRT. Tais órgãos estão sob as mesmas regras e podem se dar ao luxo de não se posicionar devido à falta de cobertura da imprensa.

Pedro Vaz

Fachada do STF

Mesmo que os vidros da fachada do STF tenham se quebrado devido ao erro do piloto (**Gazeta**, 2/7), não é só ele quem deveria ser punido, mas também quem autorizou a demonstração aérea em uma cerimônia simples, como a troca da bandeira nacional. Punir apenas o piloto é hipocrisia.

José Ricardo Facin Ferreira

07 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Atraso da polícia trava investigação sobre delegacias

Felipe Annibal

■ O Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR) ainda não teve acesso a todos os processos de prestação de contas do fundo rotativo — dinheiro destinado à manutenção de delegacias — da Polícia Civil. Sem esses documentos, a auditoria nas contas da instituição encontra-se travada. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) também aguarda informações que foram requisitadas ao comando da corporação. As investigações foram instauradas após a série de reportagens “Polícia Fora da Lei”, da Gazeta do Povo, que mostrou indícios de irregularidades nos repasses do dinheiro e a existência de “delegacias fantasmas” no estado.

Apesar de considerar que tem havido “boa vontade” por parte da cúpula da Polícia Civil, a inspetora Tatianna Iatauro, da 5ª. Inspetoria de Controle Externo do TC-PR, atribui o atraso no envio dos documentos à “desorganização” da corporação. “Eles [o co-

AÇÕES

As investigações do MP vão abranger todas as delegacias do Paraná. Para isso, auditores da Promotoria vão cruzar dados da reportagem, com documentos da Polícia Civil e do TC-PR. Caso as irregularidades sejam comprovadas, o MP poderá mover, na esfera cível, ações por improbidade administrativa, para ressarcimento do erário, além de ações que envolvem crimes contra a administração pública.

mando da Polícia Civil] não tinham essas informações prontamente. E o fato de eles não terem essas informações já é um indício de que não havia qualquer controle na Polícia Civil”, disse.

Segundo Tatianna, a análise das contas da Polícia Civil será feita por amostragem. Foram pré-selecionadas 190 delegacias, de regiões distintas. O TC-PR, no entanto, ain-

da não recebeu todos os processos referentes à aplicação do fundo rotativo de todas essas unidades.

Somente quando tiver em mãos a íntegra dessa documentação é que a inspetoria poderá comparar cada processo, a fim de verificar “o tipo de gasto” feito em cada delegacia. Para isso, serão analisados documentos fiscais, recibos e extratos bancários. Se forem constatados indícios graves, os inspetores podem fazer visitas às delegacias, para comprovar a maneira como o dinheiro foi investido.

Passo a passo

O MP-PR também deve ir a fundo nas investigações sobre os repasses do fundo rotativo. O promotor Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca questionou ao delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, quem eram os integrantes da corporação que tinham poder decisório capaz de liberar os recursos à instância seguinte. O objetivo da Promotoria de Justiça e Proteção ao Patrimônio Público é localizar cada agente público pelos quais o dinheiro passou. “Eu quero saber cada delegado que teve o poder de fazer o dinheiro seguir a diante. Quero um por um. Quero saber quanto [dinheiro foi repassado], quando e como”, afirmou.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA 07 JUL 2012

Fraude fiscal com títulos públicos

O Fisco federal realizou no mês passado, no auditório da Escola de Magistratura Federal (Esmaf) da 1ª Região, histórico seminário para debater a tormentosa questão envolvendo os famigerados títulos públicos pobres, negociados por alguns escritórios e empresários desavisados – em geral com dificuldades financeiras. Referidos títulos supostamente seriam válidos para quitação de dívidas tributárias.

Estiveram presentes ao seminário, organizado pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério Público Federal, autoridades da Justiça Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Polícia Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Controladoria-Geral da União, de Secretarias de Fazenda dos Estados, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central, da Caixa Econômica Federal, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), assim como de inúmeros outros órgãos públicos e entidades de classe nacionais.

A Receita Federal apresentou os procedimentos irregulares realizados por algumas empresas, principalmente na DCTF, na GFIP e na DASN, os conceitos previstos no Código Tributário Nacional de pagamento e de conversão e os detalhes dessa fraude que, hoje, totaliza cerca de R\$ 586 mi-

A exposição da Secretaria do Tesouro Nacional focou-se nos títulos da dívida pública federal, suas características e sua validade, em especial, os regidos pelo Decreto-lei nº 6.019/43, enfatizando-se a impossibilidade de resgate desses títulos, o valor irrisório das cêntulas frente às cifras alegadas pelos fraudadores e o não enquadramento desses papéis na Lei nº 10.179/2001, que, consolidando a legislação sobre a matéria, dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

A Procuradoria da Fazenda Nacional igualmente demonstrou ser juridicamente impossível a pretensão dos demandantes nas ações judiciais, ressaltando o impedimento da cessão do suposto crédito oposta à União e o entendimento já pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça quanto à vedação à compensação tributária nesses casos.

A apresentação do Ministério Público Federal, denominada "Denúncia Criminal", enfatizou o trabalho que vem realizando sobre o assunto, os procedimentos investigatórios criminais em andamento, a ação de improbidade administrativa ajuizada contra pessoas e empresas envolvidas nos casos apurados e a ampliação das ações em nível nacional.

Os participantes também foram presenteados com as apresentações de dois juízes federais que já julgaram casos relacionados ao tema.

Na oportunidade, foi lançada uma cartilha intitulada "Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos", que traz informações sobre os títulos públicos federais, a prática da fraude, as consequências fiscais, cíveis e penais e orientações úteis à sociedade. O documento poderá ser obtido no sítio eletrônico da Receita Federal consolidando a legislação sobre a matéria (www.receita.fazenda.gov.br).

08 JUL 2012

GAZETA DO POVO

» FRASES DA SEMANA

“A questão envolve a decisão judicial de que essa divulgação [dos salários dos magistrados] é ilegal. Não posso descumprir a determinação do Órgão [Especial do TJ-PR], mas também tenho que me submeter ao CNJ [Conselho Nacional de Justiça].”

Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

comentando o dilema que a Justiça paranaense enfrenta. Posição do TJ-PR deve ser conhecida nesta segunda-feira.

“Em vez de alguns julgadores buscarem o Direito para encontrar a solução, eles buscam a solução – dentro daquilo que entendem como Justiça – para depois buscarem o Direito.”

Emerson Gabardo, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná, na reportagem “Como julgam os magistrados”, publicada pela **Gazeta do Povo** no caderno Justiça & Direito.

08 JUL 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Em baixa 

TJ-PR

Uma decisão do CNJ desta semana para que todos os tribunais divulguem de forma individualizada os salários dos servidores contradiz um julgamento recente do Órgão Especial do TJ-PR, que considerou inconstitucional o artigo da Lei da Transparência que prevê essa divulgação.

08 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Projeto quer impedir MP de investigar crimes

Ministério Público teve participação direta em 40 operações contra políticos e agentes públicos em 14 estados do país

■ A Câmara dos Deputados está prestes a analisar uma proposta de emenda constitucional que acaba com a possibilidade de o Ministério Público fazer investigações. A medida, defendida pelas associações de policiais, deixou procuradores e promotores alarmados país a fora. O temor deles não é apenas em relação à impossibilidade de continuarem fazendo investigações. O pior, dizem, seria a brecha aberta para que as investigações já realizadas sejam consideradas inválidas pela Justiça.

Um levantamento feito pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPNG) em 14 estados mostra que o MP teve papel decisivo em muitas das operações contra políticos e agentes públicos nos últimos anos. A lista do CNPNG inclui as operações Caixa de Pandora, Aquarela e Monte Carlo. A primeira levou à renúncia do ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e de seu vice, Paulo Octavio. A segunda fez com que o ex-governador Joaquim Roriz também renunciasse

Carlinhos Cachoeira à prisão e está prestes a levar o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) à cassação. O levantamento identificou 40 grandes operações em 14 estados, mais o Distrito Federal, com participação direta do MP.

Segundo o procurador-geral do Rio de Janeiro, Cláudio Lopes, que preside o CNPNG, a atuação do Ministério Público ocorre justamente quando a polícia se omite. "Os casos em que o MP em regra procede ou são casos que envolvem policiais, ou são crimes que não são praticados por policiais, mas que a polícia não está investigando por algum motivo. Pode ser homicídio, tráfico de drogas, quadrilha de roubo de carga, mas sempre casos em que a polícia não faz a investigação por estar sem condições, por interesse, por omissão ou por conivência", justifica.

A proposta de mudança na lei atual foi feita pelo deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA), que é delegado da Polícia Civil. A tendência é que ela esteja pronta para ser votada no plenário da Câmara a partir de agosto e, se aprovada, seguiria para a apreciação do Senado. Antes que ela termine de tramitar no Congresso, a tendência é que o Supremo Tribunal Federal se posicione sobre o tema.

Há hoje no STF duas ações questionando o poder de investigação criminal do Ministério

pelo ex-prefeito de Ipanema (MG) Jairo de Souza Coelho. Condenado por crime de responsabilidade, o ex-prefeito recorreu alegando que a investigação foi conduzida pelo MP. A segunda ação é de um habeas-corpus de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, denunciado pelo Ministério Público como mandante do assassinato do prefeito petista Celso Daniel em 2002.

O julgamento sobre o poder de investigação chegou a ser iniciado, mas foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Luiz Fux quando seis dos 11 ministros haviam votado. Desses, quatro mantinham o poder de investigação do MP. A expectativa na Corte é que o julgamento seja concluído a partir de setembro, após o fim do julgamento do mensalão.

Mesmo que o STF mantenha a tendência atual e entenda que a legislação autoriza o MP a realizar essas investigações, a aprovação de uma nova PEC tornaria a decisão inócua.

08 JUL 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Promotor e relator discutem nova lei

■ O procurador-geral do Rio, Cláudio Lopes, vem fazendo uma firme militância contra a mudança na lei. Lopes diz que boa parte das investigações que o Ministério Público no Rio faz hoje é em parceria com a Secretaria de Segurança Pública. Ele afirma, no entanto, que há situações em que a independência é necessária.

“Em 1993, fomos responsáveis aqui no Rio de Janeiro pelo primeiro caso de investigação direta feita com sucesso pelo MP, o estouro da fortaleza do Castor de Andrade. Descobriu-se, então, que os contraventores praticavam impunemente o jogo do bicho em cada esquina do Rio de Janeiro porque havia uma lista de propina em que muitos e muitos policiais militares e civis estavam envolvidos”, diz Lopes.

No início deste ano, foi também uma investigação iniciada pelo MP que levou à prisão de um delegado e três inspetores de Conceição de Macabu, no Norte fluminense. O delegado e seu grupo formaram uma quadrilha para extorquir comerciantes da cidade. “Quem as pessoas poderiam procurar, se o delegado estava envolvido? Se o promotor tivesse sido privado de fazer as primeiras investigações, não haveria nada. A sociedade vai perder um grande aliado no combate ao crime em geral. Ela já está batizada de PEC da Impunidade por dois motivos: poderá ter efeitos retroativos e jogar pelo ralo casos

Relator da PEC em discussão na Câmara, o deputado Fábio Trad defende que o MP só entre em investigações dando auxílio à polícia e, ainda assim, só em crimes contra a administração pública e praticados por organizações criminosas. Nos praticados por policiais, por exemplo, isso não seria possível. “Entendi que não é necessário porque não parto do pressuposto de que a polícia prevarica, da mesma forma que a polícia não parte do pressuposto de que o MP prevarica. Promotores não são treinados para investigar. O MP só poderá dar início a uma investigação criminal quando tiver crimes praticados por integrantes do Ministério Público. O MP tem a atribuição de promover a ação penal. Se nós acrescentarmos a tarefa de investigar, desequilibra o sistema acusatório. Quem é que controlará externamente o MP quando ele investigar?”, questiona o deputado, que é professor de Direito Penal.

“Ela [a Proposta de Emenda Constitucional] já está batizada de PEC da Impunidade por dois motivos: poderá ter efeitos retroativos e jogar pelo ralo casos que nasceram no MP, e muitos vão ficar sem apuração”.

Cláudio Lopes, procurador-geral do Rio de Janeiro.

GAZETA DO POVO

CEZAR BUENO

Democracia e corrupção no Brasil

CEZAR BUENO, doutor em Sociologia e professor da PUCPR, câmpus Curitiba.

O Brasil de hoje não é, certamente, mais corrupto do que fora no período da ditadura militar. Graças ao processo de reabertura política que devolveu ao país o livre jogo das forças políticas, incluindo a liberdade de imprensa e o papel ágil e desconcertante da Internet, os brasileiros estão se dando conta da existência de um longo e pernicioso processo que permitiu às elites política, econômica e judiciária se apropriar do fundo público da nação para fins privados. Ao mesmo tempo em que o país é marcado pela inflação de desmandos, corrupção, impunidade e ceticismo social, observa-se o desejo e a manifestação da consciência coletiva de desprivatizar os aparelhos de Estado.

Contudo, o fato de a maioria da população sentir-se desiludida com o desempenho profissional e a falta de probidade moral de amplos setores da classe política não é suficiente para explicar e reverter o quadro de corrupção endêmica que, desde a vinda da família real ao país, se alojou nas instituições de Estado. Sabe-se hoje, como antes, que os atos significativos de corrupção no Brasil envolvem uma trama sutil e intercambiável entre o mundo político, setores empresariais e membros do Poder Judiciário. Ao lado da corrupção estritamente política, os brasileiros são levados

a pensar que o crime do colarinho branco envolve e expõe, de igual modo, a alta cúpula da magistratura e privilegia uma casta de empresários que, há anos, vive de suborno, falcatruas e subvenção de dinheiro público.

Sempre quando as forças políticas entram em luta pela conquista e controle democrático do poder do Estado, a opinião pública percebe, via imprensa, que o submundo do jogo político envolve uma casta de piratas do capital acostumados a realçar, durante o dia, as virtudes da livre concorrência e, ao cair da noite, corromper políticos, burocratas e juizes para se estabelecerem no mercado. Não é gratuito, portanto, o fato de grandes empreiteiras, indústria do pedágio e instituições bancárias – cujas práticas de superfaturamento, cobrança de tarifas extorsivas e juros hediondos esfolam milhões de cidadãos comuns – figurarem na lista de investidores milionários das campanhas eleitorais, com o objetivo de eleger bancadas parlamentares na defesa de interesses lesivos à sociedade.

Quanto ao Poder Judiciário, os efeitos da democracia em curso não são menos estarecedores. A criação e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça mostram dados alarmantes de desmandos e desvios de verbas públicas contra dezenas de ministros do Tribunal de Justiça de São Paulo e de outros estados. Recentemente, a CPI do Carilinhos Cachoeira acusou o atual procurador-geral da República de engavetar inquéritos produzidos pela Polícia Federal que incriminam o bicheiro corruptor e barão da ilegalidade que assom-

08 JUL 2012

Na medida em que a democracia avança e a opinião pública percebe como se tece a rede de corrupção e cumplicidade entre membros do Executivo, Legislativo, Judiciário e setor empresarial, a sociedade pode e deve levantar-se contra autoridades e políticos corruptos encastelados nas estruturas de Estado. A capacidade de organização e pressão da sociedade civil sobre as estruturas de poder do Estado constitui a única forma de vencer a cultura da impunidade que beneficia as elites dominantes. Neste sentido, nada é mais urgente e necessário na vida econômica, política e social do país do que aprofundar as possibilidades de a sociedade fazer um acerto de contas contra a herança histórica de um Estado corrupto, antidemocrático e reproduzidor das desigualdades sociais.

Embora a representação político-partidária do país ainda padeça de confiança social e maior protagonismo por parte da sociedade civil, o processo democrático em curso é rico e exuberante quanto às possibilidades de construção de uma sociedade

mais livre, igualitária e plural. Os novos tempos sinalizam que o Estado e suas elites devem temer a sociedade, não o contrário.

GAZETA DO POVO

ANDRÉ GONÇALVES

Nos corredores

09 JUL 2012

Paraná e o mensalão

Dois juízes que atuam no Paraná foram escalados nos últimos meses como auxiliares de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e devem ter papel importante no julgamento do mensalão. Titulares de varas criminais de Curitiba, Danilo Pereira Júnior e Sérgio Moro são auxiliares, respectivamente, de Gilmar Mendes e Rosa Weber. Vale lembrar que nenhum dos atuais 11 ministros do STF fez carreira como criminalista.

Especialista em lavagem

Sérgio Moro é especialista no combate à lavagem de dinheiro, prática citada nas acusações contra 34 dos 38 réus do mensalão. Recentemente, Moro também ganhou notoriedade por defender abertamente o poder de investigação do Conselho Nacional de Justiça. Em janeiro, bateu de frente contra instituições de classe como a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Sem comentários

Procurado para dar entrevista sobre o julgamento do mensalão, Moro preferiu não falar. Segundo ele, o trabalho de juiz auxiliar não está limitado a apenas um caso. Ao todo, 14 juizes auxiliares de primeira instância trabalham atualmente em gabinetes de ministros do STF.

GAZETA DO POVO

PROVA

OAB reúne 46 mil na segunda fase do Exame de Ordem

| Cerca de 46 mil estudantes e bacharéis em Direito fizeram ontem a segunda fase do 7.º Exame de Ordem Unificado, aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em todo o país. Dos 111 mil candidatos inscritos na primeira fase, menos da metade, 45.884, foram habilitados para a segunda etapa.

Nas provas de ontem, os aspirantes a advogado tiveram que responder a quatro questões práticas, sob a forma de situações-problema, e elaborar uma peça jurídica sobre um tema escolhido previamente entre direito administrativo, direito civil, direito constitucional, direito do trabalho, direito empresarial, direito penal ou direito tributário.

Criado em 1994, o Exame da Ordem é aplicado para habilitar bacharéis em direito a atuar como advogados. Na última edição, apenas 25.912 dos 101.936 inscritos foram aprovados, o que corresponde a 25,4% dos candidatos. Anualmente, os cursos de Direito formam cerca de 90 mil bacharéis.

As respostas-padrão das questões práticas aplicadas ontem serão divulgadas no próximo dia 24 e o resultado preliminar, com os candidatos aprovados, no dia 27.

09 JUL 2012

NOTA POLÍTICA

213,8 MIL

candidaturas haviam sido registradas pela Justiça Eleitoral em todo o Brasil até a noite de sábado. Do total, 199.372 eram pedidos de candidatos a vereador, 7.268 a prefeito e 7.229 a vice-prefeito.

COLUNA DO LEITOR

Divulgação de salários

A remuneração do cargo que o servidor ocupa é determinada por lei. Vantagens e gratificações também o são. A exposição midiática de seus ganhos à sanha de curiosos de plantão não aplacará possíveis desvios e mazelas do poder público.

Massimo Carlo Tempesta

GAZETA DO POVO

Justiça multa PSDB e Serra em R\$ 100 mil

R\$ 50 MIL 09 JUL 2012

foi a multa aplicada pela Justiça ao PSDB. Outros R\$ 50 mil devem ser pagos pelo próprio candidato, José Serra.

Juíza entendeu que tucano reincidiu em propaganda antecipada, proibida por lei. Candidato alegou desconhecer texto levado à tevê

O PSDB e seu pré-candidato a prefeito de São Paulo, José Serra, foram multados em R\$ 100 mil (R\$ 50 mil cada) por propaganda antecipada. É a terceira vez que a Justiça Eleitoral pune o tucano por pedir votos antes do início oficial da campanha. Pela lei, a campanha só passou a ser permitida na sexta-feira passada.

A decisão é da juíza Carla Themis Lagrotta Germano, da 1.ª Zona Eleitoral. Ela julgou procedentes três representações movidas pelo PMDB e pelo PT contra Serra. O tucano vai recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para tentar anular a punição.

Para a juíza, o PSDB e Serra usaram inserções parti-

promover sua candidatura a prefeito fora do prazo legal. As propagandas convidavam militantes para participar da convenção que formalizou sua candidatura, em 24 de junho.

“Festa do PSDB. Neste domingo vamos eleger José Serra candidato a prefeito de São Paulo. Traga seu apoio, sua alegria, a sua bandeira. Venha dar um abraço no Serra, no governador Geraldo Alckmin e nos líderes do PSDB”, dizia o anúncio.

A magistrada entendeu que houve intenção de “captar simpatia e votos do eleitorado antes mesmo que outros possam apresentar-se como candidatos ao mesmo cargo, utilizando-se da propaganda intrapartidária como propaganda eleitoral extemporânea”.

Os tucanos ainda exibiram a animação de uma urna eletrônica com um dedo apertando a tecla “Confirma”. Segundo a juíza, isso seria uma “alusão inequívoca à eleição que será disputada por José Serra, com expressa sugestão de sua escolha aos eleitores

Em sua defesa, Serra alegou que ignorava o texto levado ao ar. A magistrada não aceitou a justificativa. “José Serra é pré-candidato único ao pleito municipal, tendo, por certo, autorizado e consentido, ainda que de forma tácita, a divulgação de seu nome e sua imagem na convocação feita por seu partido”, escreveu.

“Não é crível que o pré-candidato desconhecesse a ação de seu partido político na divulgação da convenção partidária para sua escolha como concorrente ao pleito municipal, pois se trata de político participante de vários outros pleitos, acostumado com companhia política, considerando-se sua liderança partidária.”

Ao fixar o valor da multa, a juíza afirmou que há “reiteração da conduta ilícita” do PSDB e de Serra e frisou que a propaganda foi levada ao ar em horário nobre. A multa mínima para propaganda antecipada é de R\$ 5 mil.

09 JUL 2012

GAZETA DO POVO

» TIAGORECCHIA

TIAGORECCHIA

CONSEGUI
UM HABEAS
CORPUS
PRO MEU
CLIENTE.

E A VÍTIMA,
ENCONTRARAM
O CORPO?



09 JUL 2012

GAZETA DO POVO

»JUSTIÇA

Reservas das empresas para pagar ações trabalhistas crescem 23%

¶ Mais processos judiciais, valores crescentes de indenizações, pedidos de reconhecimento de novos direitos, mais fiscalização de órgãos públicos. Uma bola de neve de processos trabalhistas, que cresce em ritmo cada vez mais acelerado, tem forçado empresas brasileiras a separar mais dinheiro do caixa para pagar ações judiciais movidas por funcionários e ex-funcionários.

Levantamento feito nos balanços financeiros das companhias mostra que 36 das maiores empresas de capital aberto do país tinham reservados R\$ 24,9 bilhões para processos trabalhistas ainda em curso ao fim de março deste ano, um crescimento de 23% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os números, frutos de ações individuais e coletivas, revelam o que aguarda as empresas nos próximos anos nos tribunais do país.

Pelas estatísticas das empresas, são R\$ 18,9 bilhões em provisões trabalhistas (recursos que aguardam uma derrota considerada "provável") e mais R\$ 6 bilhões em depósitos judiciais (valores geralmente depositados após perdas de disputas em primeira instância).

Ségundo especialistas, os números sinalizam que o ritmo de condenações das empresas seguirá acelerado. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), os valores recebidos por trabalhadores no ano passado chegaram a R\$ 14,75 bilhões, um incremento de 20% frente ao ano anterior.

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, diz que o crescimento das provisões resulta da combinação de decisões judiciais mais rápidas e o leque maior de pedidos de reconhecimento de direitos trabalhistas. "Existem indenizações, sobretudo por dano moral, cujo valor da ação é uma incógnita e pode chegar a patamares estratosféricos. Isso explica a iniciativa das empresas de provisionarem mais no balanço."

07 JUL 2012

IMPACTO PARANÁ

CONDENADO

Senador Roberto Requião foi condenado mais uma vez. Ou melhor, duas vezes. A primeira foi por conta de seu estilo besteira que o levou a ficar em situação difícil de ser explicado, o que o condena antecipadamente.

Usou símbolo do Estado para atacar adversário político e caiu do cavalo.

A condenação maior e confirmada, contudo, pegou o Senado no contrapé por um ato do ano 1991, denegrindo a imagem do Juiz Sergio Arenhart.

PAJELANÇA

Está lá, na **Folha de S. Paulo**, de hoje: **Requião é condenado por ofensa a juiz do PR** - A Justiça do Paraná condenou o senador Roberto Requião a pagar indenização por ofensas feitas a um juiz do Estado, Sérgio Arenhart, em 1991.

A decisão determinou ainda que Requião bancasse a publicação da sentença judicial nos mesmos órgãos de imprensa que publicaram os ataques a ele atribuídos. De acordo com a sentença, a **Folha** foi um dos jornais que mencionou o caso. A decisão informa que as ofensas, que teriam ferido a honestidade e a integridade do juiz, ocorreram quando Requião era candidato ao governo do Paraná. A sentença estabelece ainda o pagamento de indenização no valor de 360 salários mínimos, o equivalente a 224 mil reais, acrescidos de juros. (Fonte Altair Ramalho - revelações da Política)



07 JUL 2012

IMPACTO PARANÁ

Roque é condenado por crime contra a administração

A Justiça condenou o ex-prefeito de Paranaguá Mário Roque (foto) por crime contra a administração pública.

Segundo o blog lucianechiarelli.blogspot.com.br, a sentença condenatória foi dada na quarta-feira (04), sendo o tipo de pena aberto de 3 anos e 3 meses. "O processo teve origem na 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá e teve autuação registrada em junho de 2002. Durante 10 anos o processo tramitou na Justiça chegando à sentença dada ontem (dia 03).

A decisão deve ser levada ao conhecimento do Ministério Público. De acordo com advogados, ao ex-prefeito ainda cabe recurso. A partir de hoje (05), o Oficial de Justiça, tem cinco dias para intimar o réu e este terá mais um prazo para apresentar recurso. Com certeza este tempo deve ser o mais rápido



possível, já que Mário Roque tem interesse em resolver o quanto antes a questão uma vez que é candidato a prefeito de Paranaguá pelo PMDB. Além deste processo, tramita no Tribunal de Justiça do Paraná, na 2ª Câmara Criminal do TJ, um inquérito policial. O relator deste processo é o desembargador Jesus Sarrão.

IMPACTO PARANÁ

Justiça 07 JUL 2012 Vingança apimentada

O panorama é o usual em colônia de município de menos de 30 mil habitantes no interior do RS. Galejada pelos azares da vida, pelo peso do trabalho de quase três décadas de sol e chuva, a agricultora de 52 anos de idade fica aturdida ao descobrir que o marido, um motorista da Prefeitura, depois de 27 anos de casamento, mantém um caso com fogosa jovem de 25 anos.

Repetidas noites, a agricultora tenta ser insinuante para reconquistar a exclusividade do marido - mas em vão. E a cada manhã que se sucede à alcova infeliz da véspera, ela arquiteta a vingança, após repartir com a filha e com uma amiga, a dor moral de ter sido enganada.

Munem-se as três da "arma" de vingança. Não uma espingarda, nem pistola, muito menos o facão. Mas algo discreto, de uso rotineiro na preparação do almoço caseiro, objeto capaz de ser escondido debaixo da saia. E assim se vão à casa de Rosineide.

O encontro é rápido: palavrões, tapas, a imobilização da rival - coisa fácil de conseguir, pois as participantes da vingança são musculosas.

De imediato, o uso da "arma": um vidro com molho de pimenta malagueta. Imobilizada, Rosineide tem sua calcinha retirada e a agricultora pinga, com vigor, diversas gotas do tempero, pertinentemente aplicadas justamente naquele local do corpo da moçoila que tan-

adúltero. Rápido, as três batem em retirada - a cena semifinal não durou mais de meio minuto.

Alertado pelos gritos da agredida, um vizinho atende o apelo (*"me leva urgente para o hospital"*). Prudente, ele não quer se comprometer, mas dá jeito de chamar a Brigada, que leva a vítima ao hospital, onde ela é submetida à uma lavagem ginecológica. Só depois é levada a exame de corpo de delito. O delegado instaura inquérito e o caso se torna público.

A agricultora é denunciada por infração ao artigo 129 do Código Penal, sendo condenada a cinco meses de detenção, em regime aberto. O juiz da comarca e, depois, três desembargadores do TJRS são coincidentes num ponto: "a própria ré admitiu a prática da agressão insidiosa". No foro e na corte o caso ficou conhecido como "buuuu...o processo da MALAGUETA". Sempre com proposital entonação nas três letras finais do vocábulo.

Um ano depois, na comarca, o mesmo juiz consegue transformar em consensual a separação do casal. Consta na cidade que o motorista e Rosineide estão juntos, constituindo um novel e regular casal.

Operadores forenses locais convictamente garantem que gotas de pimenta, rigorosamente, não entram no cardápio culinário do casal. Muito menos em outros locais...

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

09 JUL 2012

Assalto(I)

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a condenação da Caixa Econômica Federal (CEF) ao pagamento de danos materiais a um cliente assaltado no estacionamento da agência Bacacheri, em Curitiba. O autor estacionava o veículo quando foi abordado por dois assaltantes armados, que levaram dele R\$ 21.575,00. A vítima ajuizou ação na Justiça Federal de Curitiba, que condenou a CEF a ressarcir-la por danos materiais na quantia subtraída pelos bandidos.

Assalto (II)

A CEF recorreu contra a sentença no tribunal, alegando que a administração do referido estacionamento era feita por terceiros e que a instituição bancária teria responsabilidade apenas no caso de o evento ter ocorrido dentro da agência. O autor também recorreu pedindo R\$ 30 mil em danos morais. Segundo sua defesa, teria sofrido agressões físicas e abalo psicológico.

09 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

O sigilo dos processos e o dólar na cueca

*Jônatas Pirkiel

Corre em sigilo o processo que apura o crime praticado pelo então assessor de um deputado estadual do Ceará, hoje deputado federal, que foi preso em flagrante no aeroporto de Congonhas com mais de US\$ 100 mil escondidos em sua "cueca" e mais de R\$ 200 mil em uma maleta. Como ele não comprovou a origem dos valores, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia sob a acusação de o dinheiro seria decorrente de desvios em favor da empresa Sistema de Transmissões Nordeste (STN), que teria obtido financiamento de R\$ 300 milhões no BNB para construção de rede de transmissão de energia, inclusive contra o deputado.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça decidiu por excluir o deputado do processo sob o fundamento de que: "...a acusação do Ministério Público foi baseada em me-

ras ilações, sem qualquer prova ou indício de que o deputado tivesse participado ou se beneficiado dos ilícitos alegados... o juiz recebeu a ação de improbidade contra o deputado com base unicamente no fato de um dos envolvidos ser seu assessor parlamentar e o outro, então assessor da presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), já ter sido assessor do deputado e ocupado o cargo de tesoureiro do partido...". Este foi o entendimento do relator, ministro Benedito Gonçalves.

A avaliação da decisão não comporta nem mesmo comentário, o nosso leitor pode avaliar como quiser... Mas o fato mais intrigante é que o processo corre em segredo de justiça. O que surpreende, pois não pode haver decretação de segredo de justiça quando o fato denunciado é crime contra o erário (corrupção), improbidade ou contra a ordem econômica ou tributária. O segredo somente se decreta em processos de família, justamen-

te para preservar a intimidade das pessoas, em situações onde não há crime, mas a simples discussão de questões pessoais e familiares. Até porque este é o entendimento do próprio Superior Tribunal de Justiça: "...Em tais casos, justifica-se a publicidade restrita aos atores do processo, considerando-se que, em última análise, preserva-se a própria dignidade das partes envolvidas, pois não seria justo que questões pessoais fossem desnudadas ao grande público. Em síntese, o interesse, aí, é, primordialmente, particular, o que torna válido e, mais do que isso, legítimo aplicar a exceção, que é o sigilo processual, em detrimento da regra, que é quase absoluta, da sua ampla publicidade...". Mas, todos nós, um dia, vamos deixar esta vida; e não vamos ver tudo...

* O autor é advogado criminalista (jonataspirkiel@terra.com.br)

*Roberto Victor Pereira Ribeiro

Um dos benefícios existentes em alguns contratos de trabalho é o pagamento de plano de saúde para os empregados. Por isso, muitos temem em perder seus empregos e, com isso, as condições benéficas de seus planos de saúde.

Faz-se mister avisar a estes empregados temerosos que a Lei nº. 9.656/1998 protege o direito ao plano de saúde mesmo em casos de demissão.

Firmado a partir de 1999, o sistema de plano de saúde coletivo prevê que se o empregado for demitido sem justa causa, permanecerá, bem como seus familiares, com as regalias do plano, mantendo as mesmas condições de cobertura, bastando, para tanto, que este assumo o pagamento integral do plano. Com isso, ele não precisará fazer outro plano, pagar taxas altíssimas e esperar por

Plano de saúde laboral

O texto legal assegura ao empregado demitido o período de seis meses a vinte e quatro meses de uso do plano por ele e por seus familiares, prazo este, na ótica dos planos de saúde, considerável para que o empregado arrume outro emprego.

Para obter este prazo, é necessário que o empregado demitido formule por escrito sua manifestação de permanecer no plano, pelo menos trinta (30) dias após a informação da sua demissão pelo seu antigo empregador.

Destarte, permanece o direito de ficar vinculado ao plano de saúde empresarial, com a diferença de que o ônus será suportado por ele de forma integral. Faz-se mister comentar que o plano é extensivo a seus familiares inscritos no antigo contrato de trabalho, mesmo que haja morte do titular.

De acordo com a jurisprudência: "DIREITO DE MANUTENÇÃO

artigo 30 da Lei nº. 9.656/98, é assegurado ao consumidor o direito de manter sua qualidade de beneficiário do plano de saúde, nas mesmas condições anteriores à dispensa imotivada, desde que assumo a responsabilidade da totalidade do valor do prêmio mensal". (TJ-RS - AI 70034457739 - Publicado no DJ em 2010).

Sendo assim, vislumbramos que a manutenção só é concedida nos casos de dispensa imotivada, ou seja, aquela que não teve a participação do empregado, sendo parte do poder potestativo do empregador. Havendo demissão por justa causa ou pedido de demissão, perderá, assim, o direito de manutenção do plano. A lei quer beneficiar aqueles que foram "pegos de surpresa" pelos seus empregadores.

* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Regulamento

A empresa tem o direito de ditar regras, desde que não sejam abusivas, sobre a maneira que os seus empregados devem se vestir no ambiente de trabalho. O entendimento é da 2ª Turma do TRT do Rio Grande do Sul.

Estágio

A Coordenadoria de Recursos Criminais do Ministério Público do Paraná está com inscrições abertas para a seleção de estagiário. Podem participar estudantes de Direito matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre. As inscrições devem ser feitas até o dia 10 de agosto no TJ do Paraná. Mais informações na página do Ministério Público www.mp.pr.gov.br (estágios/testes seletivos).

Transparência I

Os tribunais do país terão que publicar em suas páginas informações sobre a remuneração de magistrados e servidores, indicando o nome, o cargo que ocupam e os valores recebidos no mês. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional de Justiça no último dia 03.

Transparência II

A Justiça do Distrito Federal negou pedido do sindicato dos servidores públicos para ocultar os seus salários no site do governo.

Remédio

A lei que estabelece a Logística Reversa de Medicamentos no Paraná, proposta pelo deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), foi sancionada no último dia 03. A partir de agora, fabricantes, comerciantes e consumidores ficam responsáveis pelo descarte correto dos remédios. O consumidor deve entregar os produtos para os estabelecimentos que os comercializam ou distribuem, como farmácias e postos de saúde. Fabricantes e importadores se responsabilizam pelo recolhimento dos medicamentos e destinação final aplicável a cada caso.

Advogados

Até o dia 04 de agosto, a OAB Paraná disponibilizará em seu portal na internet o endereço profissional de todos os advogados inscritos na Seccional. Em atendimento ao Provimento 95/2000 do Conselho Federal e a dispositivos do Regulamento Geral e do Estatuto da OAB, os advogados não terão a opção, anteriormente oferecida, de não divulgar o endereço profissional.

Direitos iguais

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou a licença-paternidade de 120 dias ao homem que, sozinho, adotar uma criança. Durante o período de afastamento, a Previdência Social pagará valor igual ao que é pago

09 JUL 2012

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 443 do STJ –

O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

09 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

União homoafetiva

*Nereu Pereira Junior

Permaneceu no Brasil durante muito tempo o entendimento jurídico que a união homoafetiva - união de pessoas do mesmo sexo - deveria ser interpretada como "sociedade de fato" e não "união estável". Este entendimento se fundamentava na interpretação sistemática que se fazia do artigo 226, § 3º, da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 9.278/96 e art. 1.723 do Código Civil. Nesta espécie de interpretação o intérprete [leia-se Juiz] não pode desconsiderar que os dispositivos legais se interdependem, de tal forma que nenhuma análise acerca do referido instituto jurídico pode ser efetivada de modo isolado. Assim, a união homoafetiva era regulada pelo direito das obrigações e a partilha de bens oriundas desta espécie de relacionamento dependeria da demonstração do esforço comum. Comprovada a comunhão de esforços, os bens seriam compartilhados, desde que constituído em conjunto e durante a existência da sociedade de fato. Nesta linha, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que sob a ótica do direito das obrigações (art. 1.363 do CC/1916) e da evolução jurisprudencial consolidada na Súmula n.º 380/STF, reconhecida a sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo, a partilha dos bens construído através do esforço comum exigiria a demonstração do esforço de ambos, determinando que a repartição deveria se dar na proporção da contribuição pessoal, direta e efetiva de cada um dos integrantes da dita sociedade.

Este entendimento não mais se mostra válido, pois sofreu significativa mudança com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. Reconheceu, então, o órgão máximo da justiça brasileira, a união estável para casais do mesmo sexo, sepultando, de vez, a aplicação para estes casos, do instituto da "sociedade de fato". Destarte, ao fundamentar seu voto o ministro Ayres Britto (STF) argumentou que o artigo 3º, inciso IV, da CF veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua preferência sexual. Para o destacado Ministro, "o sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação [sic] jurídica". Observou o ministro, para concluir, que qualquer depreciação da união estável homoafetiva colide, portanto, com o inciso IV do artigo 3º da CF. Assim, o STF decidiu no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Com este entendimento consolidado pela Corte Suprema, as consequências patrimoniais decorrentes desta espécie de entidade familiar são as mesmas aplicadas a união estável.

CONTINUA

09 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Assim, a união estável é a entidade familiar constituída por um homem e uma mulher, ou por pessoas do mesmo sexo – conforme entendimento do STF – que se unem, que vivem uma relação fiel, estável e pública e, principalmente, com o intuito de constituírem uma verdadeira família. Os efeitos patrimoniais decorrentes da união estável – aplicada, pois, a união homoafetiva com todos os seus contornos – são de várias espécies: alimentos, patrimônio comum dos conviventes, regime de bens, direitos sucessórios, administração dos bens, etc. No que tange ao patrimônio comum, o art. 5º da lei n.º 9.278/96 prescreve que pertencem a ambos os conviventes - e em partes iguais - os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou ambos, na constância da união estável e a título oneroso. Isto porque, presume-se que tais bens foram adquiridos pelo fruto do trabalho e da colaboração comum.

Reconhecida a união estável existe presunção legal de que os bens adquiridos durante o relacionamento derivam do esforço comum dos conviventes, nos termos da redação do artigo 5º da Lei 9.278/96. Aliado a isso, o mesmo artigo traz a presunção de que os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito. Diante disso, vislumbra-se que a questão patrimonial envolvendo a união homoafetiva não mais padece de dúvida, sendo clara a aplicação das regras referentes a união estável, em significativo avanço das ciências jurídicas.

*O autor é advogado da Pereira Junior Advocacia & Consultoria Jurídica

07 JUL 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Excesso de comissão

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está pedindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) que considere ilegal o número de funcionários comissionados na Assembleia Legislativa. Ação proposta pelo Conselho Federal do órgão questiona a constitucionalidade de duas leis aprovadas em 2010 e 2011, que criaram 1.677 vagas comissionadas e extinguíram 163 efetivas.

Os cargos comissionados são preenchidos por indicação política, sem a necessidade de concurso público. A Assembleia tem hoje mais de 2.200 deles, a maioria à disposição dos gabinetes dos deputados. E os funcionários efetivos, que são concursados e têm estabilidade, são 495. Todos trabalham na administração da Casa.

Desproporcional

Na ação direta de inconstitucionalidade proposta ao STF, a OAB considera “desproporcional e irrazoável” o número de cargos de comissão, “especialmente se comparado à quantidade de cargos efetivos”. Na visão do órgão, a maior parte das funções exercidas pelos comissionados deveria ser preenchida por concurso. O desequilíbrio afrontaria os princípios de proporcionalidade, igualdade, impessoalidade e moralidade administrativa, previstos na Constituição Federal.

A assessoria do presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), diz que a mesa diretora da Casa ainda não foi oficialmente notificada e desconhece o teor da ação. Porém, afirma que 1.704 cargos comissionados à disposição dos deputados não estão ocupados. A direção da Assembléia considera que a situação atual é regular, já que o número de efetivos na administração é superior ao de comissionados, o que preservaria a proporcionalidade dos cargos. A conta não inclui os cargos à disposição dos gabinetes, que, na visão da direção

07 JUL 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Sisu está valendo

A Justiça Federal no Ceará negou pedido do Ministério Público Federal (MPF) para suspender os resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do segundo semestre deste ano. O MPF pediu a anulação do processo seletivo justificando que as 30 mil vagas oferecidas deveriam ser distribuídas aos alunos que se inscreveram no Sisu do início do ano e não foram selecionados na ocasião.

Criado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), o Sisu visa unificar a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior, em substituição ao vestibular. O processo ocorre duas vezes por ano, antes do início de cada semestre letivo. Para se candidatar às vagas do Sisu, o estudante precisa ter participado do Enem.

Júri

Por matar a adolescente Jéssica Caroline da Silva, 15 anos, e baleiar outras duas pessoas, em julho de 2010, em Campo Largo, Kléber Jacir Bernardes, o "Piche", foi condenado a 35 anos e oito meses de prisão. Outro acusado do crime, Juliano Ferreira Ribeiro, o "Buiu", está preso aguardando julgamento.

Negado

O pedido de mandado de segurança do ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, foi rejeitado ontem pela ministra Cármen Lúcia, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ideia do ex-vereador era impedir a posse da suplente Maria Goretti Lopes, do PSDB, devido ao processo de perda de mandato por infidelidade partidária de Derosso. A cerimônia de posse está marcada para hoje.

TRIBUNA DO PARANÁ

Projeto tenta acabar com apuração do MP

09 JUL 2012

A Câmara dos Deputados está prestes a analisar proposta de emenda constitucional que acaba com a possibilidade de o Ministério Público fazer investigações. A medida, defendida pelas associações de policiais, deixou procuradores e promotores alarmados país afora. O temor não é apenas em relação à impossibilidade de investigações. O pior, dizem, seria a brecha aberta para que as investigações já realizadas sejam consideradas inválidas pela Justiça.

Levantamento do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPNG) em 14 estados mostra que o MP teve papel decisivo em muitas das operações contra políticos e agentes públicos nos últimos anos. A lista do CNPG inclui as operações Caixa de Pandora, Aquarela e Monte Carlo. A primeira levou à renúncia do ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e de seu vice, Paulo Octavio. A segunda fez com que o ex-governador Joaquim Roriz também renunciasse, mas a seu mandato de senador. A última foi a que levou Carlinhos Cachoeira à prisão e está prestes a levar o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) à cassação. O levantamento identificou 40 grandes operações em 14 estados, mais o Distrito Federal, com participação direta do MP.

Mudança

Segundo o procurador-geral do Rio de Janeiro, Cláudio Lopes, que preside o CNPG, a atuação do Ministério Público ocorre justamente quando a polícia se omite. A proposta de mudança na lei é do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA), que é delegado da Polícia Civil. A tendência é que a matéria esteja pronta para ser votada no plenário da Câmara a partir do mês que vem e, se aprovada, se-